

## NOTAS EXPLICATIVAS

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Nota 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

#### a) Informações gerais

A Duratex S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo - SP, controlada pela Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., com atuação destacada no setor financeiro e industrial, e pela Companhia Ligna de Investimentos, que possui relevante atuação no mercado de varejo e distribuição de insumos para construção civil e marcenaria, atuando ainda na construção e locação de empreendimentos imobiliários.

A Duratex e suas controladas (conjuntamente, “Grupo”) têm como atividades principais a produção de painéis de madeira (Divisão Madeira) e louças, metais sanitários e chuveiros (Divisão Deca). Conta atualmente com quinze unidades industriais no Brasil e três unidades industriais na Colômbia, através de sua controlada Tablemac S.A., mantendo filiais nas principais cidades brasileiras e subsidiárias comerciais nos Estados Unidos, Bélgica e Peru.

A Divisão Madeira opera com cinco unidades industriais no País e três na Colômbia, responsáveis pela produção de chapas de fibra, MDP (painéis de média densidade particulados), painéis de MDF, HDF e SDF (painéis de média, alta e super densidade de fibra), pisos laminados da marca Durafloor e componentes semiacabados para móveis.

A Divisão Deca opera com dez unidades industriais no País, responsáveis pela produção de louças, metais sanitários e chuveiros, com as marcas Deca, Hydra, Belize, Elizabeth e Hydra Corona.

#### b) Aprovação das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Duratex S.A. e suas controladas (controladora e consolidado) foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 08 de fevereiro de 2017.

### Nota 2 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

#### 2.1 – Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como número de área plantada e número de unidades, entre outros, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

#### Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## **Demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Foram preparadas seguindo o CPC09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

## **2.2 – Consolidação**

### **2.2.1 – Demonstrações financeiras consolidadas**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras:

#### **(a) Controladas**

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2016. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: i) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); ii) exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: i) o acordo contratual com outros detentores de voto da investida; ii) direitos originados de acordos contratuais; e iii) os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as empresas: Duratex S.A. e suas controladas diretas: Duratex Florestal Ltda., Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda. (atual denominação da Duchacorona Ltda.), Estrela do Sul Participações Ltda., Duratex Empreendimentos Ltda., Bale Comércio de Produtos para Construção S.A., Pescara Administração e Participações S.A., Trento Administração e Participações S.A., Duratex Europe N.V., Duratex Andina S.A.C., e suas controladas indiretas: Duratex North America Inc., Duratex Belgium N.V., Tablemac S.A., Tablemac MDF S.A.S. e Forestal Rio Grande S.A.S..

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida como ganho diretamente na demonstração do resultado do exercício.

As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. Quando requerido, as políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

#### **(b) Transações e participações de não controladores**

São registradas de maneira idêntica às operações com acionistas do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor dos ativos líquidos da controladora é registrada no patrimônio líquido (em transações de capital com sócios), bem como os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores.

#### **(c) Investimento em entidades controladas em conjunto (*joint operations*)**

A Duratex Florestal Ltda. subsidiária da Duratex S.A. que detém 99,99% de seu capital, e a Usina Caeté S.A., mantém contrato de associação para conjuntamente controlarem a Caetex Florestal S.A., *joint operation* criado para a formação de florestas de eucalipto no Nordeste do Brasil. Essa associação terá prazo de 39 anos e cada sócio possui 50% de participação do capital votante da Caetex Florestal S.A..

### **2.2.2 – Normas novas, alterações e interpretações de normas**

Emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não adotadas antecipadamente pela Companhia.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros do Grupo, não causando, no entanto, impacto relevante sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – a IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita.

A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada, ainda que facultada pelas IFRS, foi vedada pelos entes reguladores do mercado de capitais brasileiro.

Muitas das exigências de divulgação da IFRS 15 são totalmente novas. A Companhia e suas controladas já iniciaram o projeto que estabelecerá as diretrizes para aplicação do IFRS 15. Esse projeto inclui a contratação de terceiros especialistas para auxiliar a Companhia na identificação dos efeitos mais relevantes da norma, identificação de eventuais mudanças nos sistemas informatizados, estabelecimento de controles internos, políticas e procedimentos adequados e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas neste novo normativo. Até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras não foi ainda identificado efeitos materiais, com os trabalhos já iniciados, que requeressem divulgação.

IFRS 16 – Arrendamento mercantil, o qual substitui o IAS 17, unificando o tratamento contábil dos arrendamentos operacionais e financeiros para o modelo similar ao arrendamento financeiro com impacto no ativo imobilizado e passivo financeiro. Esta norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia está avaliando o conteúdo e os possíveis impactos da adoção deste pronunciamento.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

## **2.3 – Apresentação de informações por segmentos**

As informações por segmentos de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo, suportada pelo Conselho de Administração.

## **2.4 – Conversão em moeda estrangeira**

### ***(a) Moeda funcional e moeda de apresentação***

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

### ***(b) Transações e saldos***

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do

exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira, exceto, quando essas variações forem utilizadas como operações de *hedge* de investimentos líquidos, neste caso serão contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

### ***(c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente***

Os resultados e a posição financeira das empresas sediadas no exterior (nenhuma das quais opera em economia considerada hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação (Reais), são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- ativos e passivos, convertidos pela taxa de câmbio na data de fechamento do balanço;
- receitas e despesas, convertidas pela taxa média de câmbio do mês em que estas são registradas;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica Ajustes Acumulados de Conversão, e são reconhecidas no resultado quando da realização dos investimentos;
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

## **2.5 – Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 2.6 – Ativos financeiros

### 2.6.1 – Classificação

Sua classificação é determinada pela Administração no seu reconhecimento inicial e depende da finalidade para o qual foram adquiridos. São duas categorias nas quais os ativos financeiros são classificados pela Companhia:

#### *(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo e é contabilizado no ativo circulante.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

#### *(b) Empréstimos e recebíveis*

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

### 2.6.2 – Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo de amortização, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no exercício em que ocorrem. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, como por exemplo, as ações, são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de outros resultados operacionais líquidos, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber dividendos.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de



informações geradas pelo mercado e contam no mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

### 2.6.3 – Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 2.6.4 – *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício social se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
  - b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
  - c) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

## 2.7 – Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da Companhia é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a Companhia designou determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

## 2.8 – Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações financeiras.

As perdas estimadas com *impairment* no contas a receber, são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

## 2.9 – Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

## 2.10 – Ativos intangíveis

Os grupos de contas que compõem o ativo intangível são os seguintes:

### Ágio por expectativa de rentabilidade futura

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida ou em uma combinação de negócios. Esse ágio não é amortizado contabilmente e somente será baixado por alienação ou por *impairment*, através de teste anual para identificar a necessidade de registro de perdas. Ainda, tal ágio é realizado (amortizado) para fins fiscais, tendo por base a legislação vigente, sendo que o correspondente imposto de renda e contribuição social diferido é constituído.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de *impairment*. A alocação é feita para Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificados de acordo com o segmento operacional.

### Marcas e patentes



As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição.

### **Relações com clientes – carteira de clientes**

As relações com clientes são reconhecidas apenas em uma combinação de negócios, pelo valor justo na data da aquisição. As relações com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

### **Softwares**

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com bases nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. São amortizadas durante sua vida útil estimável.

### **2.11 – Imobilizado**

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que demandam certo tempo para ficar pronto líquido da depreciação acumulada apurada pelo método linear, considerando-se a estimativa de vida útil econômica dos respectivos itens e que são revisadas ao final de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, no período de ocorrência.

O valor do ativo imobilizado é reduzido para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros resultados operacionais, líquidos”.

### **2.12 – Impairment de ativos não-financeiros**

Os ativos que tem uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são considerados os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

### **2.13 – Ativos biológicos**

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme nota 14. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada no resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria na demonstração de resultado.

## 2.14 – Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

## 2.15 – Contas a pagar a fornecedores e provisões

### Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

### Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. São mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflita os riscos específicos da obrigação.

## 2.16 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Na prática, as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido na data do relatório.

Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos somente se for provável a sua compensação com lucros tributários futuros.

## **2.17 – Benefícios aos empregados**

### ***(a) Planos de previdência privada***

A Companhia e suas controladas oferecem plano de contribuição definida a todos os colaboradores, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários. A Companhia já ofereceu Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado ao ingresso de novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, a Companhia e suas controladas não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

### ***(b) Remuneração com base em ações***

A Companhia oferece aos executivos um plano de remuneração com base em ações (*Stock Options*), segundo o qual recebe os serviços dos executivos como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. O valor justo dos serviços dos executivos, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o exercício no qual os serviços dos executivos são prestados e o direito é adquirido.

O valor justo das opções outorgadas é calculado na data da outorga das opções e, a cada balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações que espera sejam emitidas, com base nas condições de aquisição de direitos.

### ***(c) Participação nos lucros***

A Companhia e suas controladas remuneram seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no exercício. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa operacional nos resultados quando o colaborador atinge as condições de desempenho estabelecidas.

## 2.18 – Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O valor pago na aquisição de ações para manutenção em tesouraria, inclusive quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas, vendidas ou utilizadas para fazer face ao plano de opções (*Stock Options*).

## 2.19 – Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir, tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

### (a) Vendas de produtos

São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

### (b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um instrumento financeiro a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

### (c) Variação do valor justo dos ativos biológicos

São reconhecidas pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita, pelos preços atuais do mercado em função das estimativas de volumes.

## 2.20 – Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras, utilizadas para reflorestamento. Nesses contratos de arrendamentos, os riscos e direitos de propriedade são mantidos pelo arrendador e assim são classificados como arrendamentos operacionais. Os custos incorridos nos contratos de arrendamento operacionais são registrados ao custo de formação de ativos biológicos de forma linear durante o período de vigência desses contratos.

## 2.21 – Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício ou em períodos intermediários conforme deliberado pelo Conselho de Administração, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia, portanto líquido de valores aprovados e pagos durante o exercício.

## Nota 3 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição das estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização das informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem várias estimativas tais como: vida útil dos bens do ativo imobilizado, realização dos créditos tributários diferidos, *impairment* nas contas a receber de clientes, *impairment* de ágio por expectativa de rentabilidade futura, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos e provisão para contingências, entre outras.

As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco, com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo:

#### **a) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos**

A Companhia adotou várias estimativas para avaliar suas reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as demonstrações financeiras. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 49.571, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 9.509, líquido dos efeitos tributários.

#### **b) Perda (*impairment*) estimada do ágio**

A Companhia e suas controladas testam anualmente ou se houver algum indicador a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada nas notas 2.10 e 2.12. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

#### **c) Benefícios de planos de previdência e saúde**

O valor atual dos ativos/passivos relacionados a planos de previdência e saúde depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

### **Nota 4 – Gestão de risco financeiro**

#### **4.1 Fatores de risco financeiro**

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

Assim, a gestão de riscos segue as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, inclusive com o acompanhamento pelo Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos. A Companhia e suas controladas dispõem de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pelo Grupo têm como propósito a proteção de suas dívidas e investimentos, sendo que não realiza nenhuma operação com derivativos financeiros alavancados.

#### **a) Risco de Mercado**

**(I) Risco cambial:** O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia e suas controladas possuem uma Política de Endividamento que estabelece o montante máximo denominado em moeda estrangeira que pode estar exposta a variações da taxa de câmbio.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetiva minimizar a exposição cambial da Companhia e de suas controladas, são mantidos mecanismos de “*hedge*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

**(II) Operações com derivativos:** Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2016 são os seguintes:

**a) Contratos de SWAP US\$ x CDI**

A Companhia possui seis contratos desta modalidade, cujo valor *notional* agregado é de US\$ 306.300 mil com diversos vencimentos até 16/08/2019, com uma posição ativa (comprada) em Dólares e posição passiva (vendida) em CDI.

A Companhia contratou estas operações com o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI.

**b) Contrato de SWAP Pré x CDI**

A Companhia possui três contratos com valor agregado de R\$ 58.000 sendo o último vencimento em 12/01/2018 com posição ativa em taxa prefixada e posição passiva em um percentual da variação do CDI.

A Companhia contratou essas operações com o objetivo de transformar dívidas com taxas préfixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI.

**c) Contrato de NDF (*Non Deliverable Forward*)**

A Companhia possui um contrato dessa modalidade, cujo valor contratado totaliza US\$ 8.200 mil com vencimento em 31/01/2017 e posição vendida em dólar.

A Companhia contratou esta operação com o objetivo de zerar a exposição cambial na data de contratação (29/12/2016). Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do período (Ptax).



#### d) Cálculo do valor justo das posições

O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do *Swap*.

Quadro Demonstrativo						
	Valor de Referência (nocial)		Valor Justo		Efeito Acumulado em 2016	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	Valor a receber recebido	Valor a pagar/ pago
<b>I. Contratos de Swaps</b>						
Posição Ativa						
Moeda Estrangeira (USD)	884.291	991.416	1.007.883	1.393.197	98.467	-
Taxa Pré-Fixada	58.000	169.998	57.772	175.275	-	(1.283)
Posição Passiva						
CDI	(942.291)	(1.161.414)	(968.471)	(1.202.784)	-	-
<b>II. Contratos de Futuro (NDF)</b>						
Compromisso de Venda						
NDF	26.602	60.932	26.546	62.096	-	(19)

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão registrados no resultado da Companhia.

#### e) Análise de sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&FBOVESPA/Bloomberg, nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio e as taxas de juros. Foram utilizados o dólar médio de R\$ 3,6533 e o CDI médio de 12,35% a.a..

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade					
Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Valores em R\$ Mil		
			Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
De taxa de Juros	SWAP - PRÉ / CDI	Aumento CDI	(1.670)	(2.893)	(4.110)
	Objeto de "hedge": empréstimo em taxas pré-fixadas		1.670	2.893	4.110
	Efeito Líquido		-	-	-
Cambial	SWAP - US\$ / CDI ( Res 4131)	Queda US\$	(17.519)	(311.990)	(606.461)
	Objeto de "hedge": dívida em moeda estrangeira ( US\$ )	( aumento US\$ )	17.519	311.990	606.461
	Efeito Líquido		-	-	-
Cambial	NDF (US\$)	Queda US\$	(12)	(5.476)	(13.697)
	Objeto de "hedge": dívida em moeda estrangeira ( US\$ )	( aumento US\$ )	12	5.476	13.697
	Efeito Líquido		-	-	-
<b>Total</b>			-	-	-

#### (III) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade das mesmas.

#### a) Risco de Crédito

A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados, a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições financeiras de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

## b) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas possuem política de endividamento que tem por objetivo definir os limites e parâmetros de endividamento e disponível mínimo que a mesma deve manter, sendo este último o maior dos seguintes valores: montante equivalente a 60 dias de receita líquida consolidada do último trimestre ou, serviço da dívida mais dividendos e ou juros sobre o capital próprio previstos para os próximos seis meses.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente através do monitoramento dos fluxos de caixa.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores contratadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações financeiras:

	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	2018 e 2019	2020 a 2024	2025 em diante	Menos de 1 ano	2018 e 2019	2020 a 2024	2025 em diante
31/12/2016								
Empréstimos	641.201	1.201.623	472.309	4.198	681.110	1.507.214	1.264.470	4.247
Fornecedores	174.409	-	-	-	214.226	-	-	-
<b>Total</b>	<b>815.610</b>	<b>1.201.623</b>	<b>472.309</b>	<b>4.198</b>	<b>895.336</b>	<b>1.507.214</b>	<b>1.264.470</b>	<b>4.247</b>

A projeção orçamentária para o próximo exercício, aprovada pelo Conselho de Administração, demonstra capacidade e geração de caixa para cumprimento das obrigações.

## 4.2 Gestão de capital

A Companhia e suas controladas fazem a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas, inclusive pela otimização do custo de capital e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde ao valor da dívida líquida dividida pelo capital total.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
A - Empréstimos, financiamentos e debêntures de curto prazo	2.319.331	2.423.192	3.457.041	2.824.289
de longo prazo	641.201	343.646	681.110	497.377
	1.678.130	2.079.546	2.775.931	2.326.912
B - (-) Caixa e equivalentes de caixa	361.923	655.876	1.416.360	910.721
C = (A-B) Dívida líquida	<b>1.957.408</b>	<b>1.767.316</b>	<b>2.040.681</b>	<b>1.913.568</b>
D - Patrimônio líquido	4.569.507	4.532.481	4.570.652	4.616.476
C/D = Índice de alavancagem financeira	43%	39%	45%	41%

O aumento da alavancagem financeira no consolidado ocorreu principalmente pela utilização de caixa no pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 105.516 e por R\$ 473.742 em investimentos, principalmente pela aquisição de imobilizado, *softwares*, gastos com formação de florestas (ativo biológico) e aquisição de 18,98 % de ações da controlada Tablemac S.A..

#### 4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40-R1 / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação de seu critério de mensuração. Como a Companhia só possui instrumentos derivativos de nível 2, utiliza-se das seguintes técnicas de avaliação:

- O valor justo de “swap” de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por categoria/nível:

	Empréstimos e recebíveis		Passivos financeiros		Passivos financeiros designados a valor justo		Total	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>ATIVOS</b>								
Equivalentes de caixa	1.369.541	832.777	-	-	-	-	1.369.541	832.777
Contas a receber de clientes	797.920	831.247	-	-	-	-	797.920	831.247
Partes relacionadas	37.309	42.967	-	-	-	-	37.309	42.967
Depósitos vinculados	49.626	44.290	-	-	-	-	49.626	44.290
<b>Total</b>	<b>2.254.396</b>	<b>1.751.281</b>	-	-	-	-	<b>2.254.396</b>	<b>1.751.281</b>
<b>PASSIVOS</b>								
Empréstimos	-	-	2.488.570	1.621.505	968.471	1.202.784	3.457.041	2.824.289
Fornecedores	-	-	214.226	208.141	-	-	214.226	208.141
Dividendos/JCP	-	-	6.634	177.445	-	-	6.634	177.445
<b>Total</b>	-	-	<b>2.709.430</b>	<b>2.007.091</b>	<b>968.471</b>	<b>1.202.784</b>	<b>3.677.901</b>	<b>3.209.875</b>

#### Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	2.623	16.205	12.919	31.417
Bancos contas remuneradas de controladas no exterior	-	-	33.900	46.527
Aplicações em renda fixa	1.617	1.732	1.619	1.738
Certificados de depósitos bancários	357.683	637.939	1.367.922	831.039
<b>Total</b>	<b>361.923</b>	<b>655.876</b>	<b>1.416.360</b>	<b>910.721</b>

O saldo de aplicações financeiras está representado por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação do CDI e títulos no exterior em dólares remunerados com base em taxa de juros. Os

certificados de depósitos bancários (CDB) são remunerados em média às taxas superiores ao CDI e embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo, sem prejuízo da remuneração.

#### Nota 6 – Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Cientes no país	692.076	690.466	780.817	770.571
Cientes no exterior	40.449	95.826	87.077	115.024
<i>Impairment</i> no contas a receber de clientes	(61.801)	(48.385)	(69.974)	(54.348)
Total de clientes - Terceiros	670.724	737.907	797.920	831.247
Total de clientes - Partes Relacionadas	60.970	81.113	37.309	42.967
<b>Total contas a receber</b>	<b>731.694</b>	<b>819.020</b>	<b>835.229</b>	<b>874.214</b>

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	703.219	791.991	800.051	846.210
Vencidos até 30 dias	13.730	20.365	19.687	20.807
Vencidos de 31 a 60 dias	5.816	3.023	6.954	3.107
Vencidos de 61 a 90 dias	3.510	2.419	4.611	3.021
Vencidos de 91 a 180 dias	10.147	5.887	11.839	6.398
Vencidos há mais de 180 dias	57.073	43.720	62.061	49.019
<b>Total</b>	<b>793.495</b>	<b>867.405</b>	<b>905.203</b>	<b>928.562</b>

A Companhia e suas controladas possuem Política de Crédito, que tem o objetivo de estabelecer os procedimentos a serem seguidos na concessão de crédito em operações comerciais, venda de produtos e serviços, no mercado interno e externo.

A determinação do limite ocorre por meio da análise de crédito, considerando o histórico de uma empresa, sua capacidade como tomadora de crédito e informações do mercado.

O limite de crédito poderá ser definido com base num percentual da receita líquida, do patrimônio líquido, ou uma combinação entre estes, considerando ainda o volume médio de compras mensais, mas sempre amparado pela avaliação da situação econômico-financeira, documental, restritiva e comportamental da Empresa.

Os clientes são classificados como A, B, C e D pelo seu tempo de relacionamento e histórico de pagamentos.

Classificação	Tempo de cadastro	Histórico de pagamentos	% do saldo da carteira de clientes	
			31/12/2016	31/12/2015
A	acima de 05 anos	Pontual	54%	58%
B	acima de 03 anos	até 01 dia de atraso médio	5%	6%
C	abaixo de 03 anos	Acima de 01 dia de atraso médio	34%	30%
D		Inadimplentes	8%	6%

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

O *impairment* no contas a receber de clientes (provisão para créditos de liquidação duvidosa) é constituído com base nas duplicatas em atraso acima de 180 dias e conforme análise individual dos valores relevantes em atraso (nota 2.8).

Apresentamos a seguir a movimentação do *impairment* no contas a receber de clientes (provisão para créditos de liquidação duvidosa) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(48.385)	(35.987)	(54.348)	(37.826)
Constituição	(17.613)	(14.624)	(22.090)	(14.845)
Baixa por recuperação (no resultado)	285	24	285	24
Baixa de títulos	3.912	2.202	6.179	2.421
Aquisição Duchacorona	-	-	-	(4.122)
<b>Saldo final</b>	<b>(61.801)</b>	<b>(48.385)</b>	<b>(69.974)</b>	<b>(54.348)</b>

## Nota 7 – Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Produtos acabados	273.235	250.716	336.443	293.706
Matérias-primas	200.326	249.201	235.475	288.761
Produtos em elaboração	98.804	100.710	120.860	116.508
Almoxarifado geral	103.882	92.245	107.913	94.712
Adiantamentos a fornecedores (*)	22.798	2.398	1.807	2.882
<b>Total</b>	<b>699.045</b>	<b>695.270</b>	<b>802.498</b>	<b>796.569</b>

(\*) No consolidado, foram eliminados os adiantamentos da Controladora para a Controlada Duratex Florestal.

## Nota 8 – Valores a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fundação Itaúsa Industrial (1)	2.700	3.358	2.700	3.358
Venda de fazendas/Imóveis e outros ativos	7.209	9.043	31.198	9.043
Retenção de valores na aquisição de empresas	3.482	4.976	3.482	4.976
Sinistros a receber	841	907	841	907
Venda de energia elétrica	8.820	9.869	8.820	9.869
Demais valores a receber	924	912	928	1.590
<b>Total Circulante</b>	<b>23.976</b>	<b>29.065</b>	<b>47.969</b>	<b>29.743</b>
Fundação Itaúsa Industrial (1)	4.051	-	4.051	-
Venda de fazendas/Imóveis	12.120	10.830	22.166	10.830
Fomento nas operações florestais (2)	-	-	13.835	12.689
Valores a receber dos sócios participantes das SCPs	-	-	5.206	-
Retenção de valores na aquisição de empresas	19.629	12.056	19.629	12.056
Demais valores a receber	3.243	2.595	3.271	2.956
<b>Total Não Circulante</b>	<b>39.043</b>	<b>25.481</b>	<b>68.158</b>	<b>38.531</b>

(1) Crédito da revisão do plano de benefício definido da Fundação Itaúsa Industrial;

(2) Modalidade de plantio de floresta na qual a empresa fornece ao fomentado, insumos e assistência técnica, bem como manutenção, conforme estabelecido em contrato.

## Nota 9 – Impostos e contribuições a recuperar

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários federais e estaduais a recuperar, conforme composição demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social a compensar	27.713	57.588	49.866	87.312
ICMS/ PIS/ COFINS s/ aquisição de Imobilizado (*)	12.557	20.238	14.033	20.997
PIS e COFINS a compensar	5.373	7.534	5.397	7.534
ICMS e IPI a recuperar	6.792	11.135	22.466	25.580
Outros	1.261	673	4.077	2.410
<b>Total circulante</b>	<b>53.696</b>	<b>97.168</b>	<b>95.839</b>	<b>143.833</b>
ICMS/ PIS/ COFINS s/ aquisição de Imobilizado (*)	15.319	21.651	17.645	22.815
<b>Total não circulante</b>	<b>15.319</b>	<b>21.651</b>	<b>17.645</b>	<b>22.815</b>

(\*) O ICMS e o PIS/COFINS a compensar foram gerados substancialmente na aquisição de ativos destinados ao imobilizado para as plantas industriais. Conforme legislações vigentes, as compensações se darão nos prazos de 12 e 24 meses para o PIS e COFINS e 48 meses para o ICMS.

## Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e sobre a aplicação dos CPC's/IFRS. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de



resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	<b>20.431</b>	<b>41.595</b>	<b>26.383</b>	<b>49.133</b>
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	939	15.480	2.781	17.430
Provisões temporariamente indedutíveis:				
Provisões de encargos trabalhistas diversos	1.488	8.091	1.285	8.715
Provisões para perdas nos estoques	5.097	3.100	6.722	3.164
Provisão de ajuste de ativos a mercado	2.392	2.621	2.392	2.684
Provisão de comissões a pagar	1.269	1.164	1.386	1.164
Provisões diversas	9.246	11.139	11.817	15.657
Resultado do SWAP (caixa x competência)	-	-	-	319
Ativo de imposto diferido a ser recuperado acima de 12 meses	<b>184.085</b>	<b>175.058</b>	<b>228.759</b>	<b>226.283</b>
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	133.304	132.739	172.189	181.214
Provisões temporariamente indedutíveis:				
Provisões de encargos trabalhistas diversos	17.746	13.497	21.274	16.147
Provisões fiscais	19.078	15.766	18.980	15.867
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.654	5.744	9.941	5.744
Provisão para perdas em investimentos	492	492	492	492
Provisão para adição lucro exterior	-	5.161	-	5.161
Provisão s/ benefício pós emprego	2.872	-	2.872	-
Provisão s/ Valor Justo Financiamento	919	-	919	-
Provisões diversas	1.020	1.659	2.092	1.658
<b>Total de ativos de impostos diferidos</b>	<b>204.516</b>	<b>216.653</b>	<b>255.142</b>	<b>275.416</b>
Passivo não circulante				
Reserva de reavaliação	(22.834)	(24.829)	(47.310)	(50.215)
Ajuste a valor presente de financiamento	(6.815)	(5.513)	(6.815)	(5.513)
Resultado do SWAP (caixa x competência)	(32.078)	(128.833)	(32.078)	(128.833)
Depreciação (crédito 25% da C. Social)	-	-	(12.953)	(10.157)
Venda de imóvel	(1.840)	(2.195)	(18.281)	(2.195)
Ajustes CPCs IFRS	(124.007)	(124.884)	(358.146)	(359.469)
Outros	(11.774)	(14.698)	(12.445)	(40.983)
<b>Total de passivos de impostos diferidos</b>	<b>(199.348)</b>	<b>(300.952)</b>	<b>(488.028)</b>	<b>(597.365)</b>

Demonstrativo da realização estimada do imposto de renda sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social diferidos ativos sobre o lucro líquido.

Ano	Controladora	Consolidado
2017	939	2.781
2018	30.724	36.346
2019	30.638	38.519
2020	48.502	58.502
2021	23.440	35.101
2022 em diante	-	3.721
<b>Total</b>	<b>134.243</b>	<b>174.970</b>

## Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31.12.2015 - líquido de IR/CS diferido de ativos e passivos</b>	(84.299)	(321.949)
(Despesas) e receitas de impostos diferidos	86.781	82.856
Variação Cambial na conversão de balanços de empresas no exterior(*)	-	3.521
IR/CS referente benefício pós emprego(*)	2.686	2.686
<b>Saldo em 31.12.2016 - líquido de IR/CS diferido de ativos e passivos</b>	<b>5.168</b>	<b>(232.886)</b>

(\*) Registrado como resultado abrangente no patrimônio líquido.

## Nota 11 – Partes relacionadas

### a) Saldos e operações com empresas controladas

Descrição	Controladas diretas							
	Duratex Florestal		Duratex Empreendimentos		Hydra Corona		Duratex Andina	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>								
Clientes	-	-	-	-	162	3	2.536	-
Contas a receber	-	8	-	-	11	-	-	-
Mútuo c/ controladas (1)	14	5	-	2	11	-	-	-
<b>Passivo</b>								
Fornecedores (2)	18.416	19.274	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado</b>								
Vendas	-	3	-	-	90	7	3.474	-
Compras (3)	(256.389)	(292.342)	-	-	-	-	-	-
Financeiro	4	5	-	-	107	-	-	-

(1) Operações de mútuo realizadas em condições acordadas entre as partes com o objetivo de centralização de caixa;

(2) Valores a pagar pela aquisição de matéria prima mencionado no item (3);

(3) Aquisição regular de madeira cortada de Eucalipto para produção de painéis de madeira.

Descrição	Controladas indiretas			
	Duratex North America		Tablemac	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>				
Clientes (1)	25.748	17.203	11.499	20.940
<b>Resultado</b>				
Vendas (2)	67.278	53.360	28.919	38.519
Financeiro	2.127	5.094	322	2.245

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas mencionadas no item (2);

(2) Fornecimentos de produtos para vendas nos Estados Unidos, Canadá e Colômbia.

### b) Saldos e operações com a controladora

DESCRIÇÃO	Itaúsa Investimentos S.A.	
	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>		
Clientes	-	14
<b>Resultado</b>		
Vendas (1)	124	226
Despesas de aluguel (2)	(4.881)	(4.440)

(1) Fornecimento de produtos;

(2) Despesas com aluguel de salas no edifício sede da Companhia.

### c) Outras partes relacionadas

DESCRIÇÃO	Leo Madeiras Mags. & Fer. Ltda		Leroy Merlin(*) Cia Bras. Bricolagem		Ligna Florestal Ltda.		Elekeiroz S.A.		Fibria Celulose
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
<b>Ativo</b>									
Clientes (1)	21.025	16.896	-	26.057	-	-	-	-	16.284
<b>Passivo</b>									
Fornecedores	32	-	-	-	-	-	-	1	-
<b>Resultado</b>									
Vendas (2)	120.805	111.200	52.627	103.674	-	-	-	-	38.289
Compras de matéria prima (3)	-	-	-	-	-	-	-	(3.788)	-
Custos com arrendamentos (4)	-	-	-	-	(22.410)	(20.325)	-	-	-

(1) Valores a receber

de clientes sobre vendas mencionadas no item (2);

(2) Fornecimentos de produtos para vendas no mercado interno;

(3) Aquisição de matéria prima para fabricação de resina destinada para produção de painéis de madeira;

(4) Referem-se aos custos com o contrato de arrendamento rural firmado pela controlada Duratex Florestal Ltda. com a Ligna Florestal Ltda. (controlada pela Companhia Ligna de Investimentos) relativos aos terrenos que são utilizados para reflorestamento. Os encargos mensais relativos a esse arrendamento são de R\$ 1.969 a partir de julho de 2016, conforme estabelecido em contrato. Tal contrato possui vencimento em julho de 2038, podendo ser renovado automaticamente por mais 15 anos, e serão reajustados anualmente pela variação do INPC/IBGE.

(\*) A partir de 29 de julho de 2016 a Leroy Merlin deixou de ser parte relacionada em função de mudança no seu Conselho de Administração.

DESCRIÇÃO	Itaúsa Empreendimentos S.A.		Itaú Unibanco	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>				
Aplicações financeiras (1)	-	-	17.576	41.275
<b>Passivo</b>				
Outros passivos (2)	-	-	13.200	-
<b>Resultado</b>				
Rendimentos de aplicações (3)	-	-	3.653	8.956
Despesas financeiras (4)	-	-	(950)	(601)
Outros resultados (5)	(516)	-	-	-

(1) Aplicações financeiras no Itaú Unibanco, efetuadas nas condições acordadas entre as partes e dentro dos limites estabelecidos pela Administração da Companhia;

(2) Prestação de serviços e pagamento;

(3) Rendimento de aplicações financeiras sobre as aplicações mencionadas no item (1);

(4) Despesas com cobranças de títulos;

(5) Serviços contratados de análises, planejamento econômico e societário.

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso dos negócios da Companhia e, em condições acordadas entre as partes.

As transações entre partes relacionadas são avaliadas por Comitê composto por conselheiros independentes.

Em 31 de dezembro de 2016 não houve a necessidade de constituição de *impairment* (provisão para créditos de liquidação duvidosa) envolvendo operações com partes relacionadas.

### d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga ou a pagar aos executivos da Administração da Companhia e de suas controladas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi R\$ 14.331 como honorários (R\$ 14.231 em 31 de dezembro de 2015). Não há provisionamento de participações estatutárias em 2016 (R\$ 9.790 em 31 de dezembro de 2015). Remuneração de longo prazo representada por Opções de Ações R\$ 5.061 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 5.524 em 31 de dezembro de 2015).

### Nota 12 – Investimentos em controladas

#### a) Movimentação dos investimentos

DESCRIÇÃO	Controladas diretas												
	Duratex	Duratex	Estrela	Duratex	Bale Com.	Pescara	Trento	Duratex	Duratex	Griferia Sur	Hydra	Duratex	Total
	Coml. Exp.	Florestal	do Sul	Empreend.	Prod.	Admin. Part.	Admin. Part.	Europe	Belgium		Corona	Andina	
Acões/ quotas possuídas (Mil)	-	234	12	374	-	-	1	47	100	3.112	220.240	1.637	
Participação %	-	99,99	99,99	99,99	90,00	90,00	100,00	100,00	5,05	63,07	100,00	100,00	
Capital social	-	901.542	12	374	10	1	1	392.358	50.872	1.772	220.240	1.771	
Patrimônio líquido	-	1.598.917	282	1.510	10	1	1	408.173	49.296	(932)	140.224	1.579	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	123.496	11	68	-	-	-	57.060	6.775	(963)	5.397	4	
Movimentação dos investimentos													
Em 31 de dezembro de 2014	327.307	1.625.099	6.250	7.323	9	1	1	5	-	-	-	-	1.965.995
Aquisição - DuchaCorona Ltda - Valor contábil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.010)	-	(28.010)
Mais valia de ativos - aquisição Duchacorona Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.189	-	51.189
Ágio - expectativa de rentabilidade futura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	159	-	159
Aumento de Capital - DuchaCorona Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100.000	-	100.000
Resultado de Equivalência	17.919	95.998	259	397	-	-	-	18.965	-	(57)	(3.258)	-	130.223
Amortização de mais valia de ativos, líquido impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.393)	-	(3.393)
Valor a receber ref. reembolso de provisões que sera descontado do valor a pagar na aquisição da Hydra Corona.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.653)	-	(6.653)
Redução de Capital em ações da Duratex Europe	(324.293)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(324.293)
Redução de capital em dinheiro	(14.000)	-	-	(2.500)	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.500)
Recebimento de ações da Duratex Europe pela redução de capital na Duratex Comercial.	-	-	-	-	-	-	-	324.293	-	-	-	-	324.293
Aumento de Capital - Griferia Sur	-	-	-	-	-	-	-	-	-	258	-	-	258
Venda de uma ação para a Duratex Empreendimentos	-	-	-	-	-	-	-	(9)	-	-	-	-	(9)
Transferência provisão para contingências Griferia Sur	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(201)	-	-	(201)
Variação cambial sobre patrimônio líquido (reflexa)	23.273	-	-	-	-	-	-	31.340	-	-	-	-	54.613
Dividendos	(10.000)	(250.000)	(6.238)	(3.777)	-	-	-	-	-	-	-	-	(270.015)
Incorporação de controlada em 30.10.2015	(20.206)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.206)
Em 31 de dezembro de 2015	-	1.471.097	271	1.443	9	1	1	374.594	-	-	110.034	-	1.957.450
Resultado de Equivalência	-	123.496	11	68	-	-	-	57.059	240	(205)	5.397	4	186.070
Variação cambial sobre patrimônio líquido (reflexa)	-	-	-	-	-	-	-	(52.121)	(1.860)	-	-	(198)	(54.179)
Dividendos	-	(199.999)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(199.999)
Aquisição - Duratex Andina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Transação de capital com sócios	-	(515)	-	-	-	-	-	(18.216)	-	-	-	-	(18.731)
Aumento de Capital	-	200.001	-	-	-	-	-	46.848	4.110	62	36.000	1.767	288.788
Aumento de Capital com acervo líquido de bens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.488	-	53.488
Transferência provisão para contingências Griferia Sur	-	-	-	-	-	-	-	-	-	143	-	-	143
Variação do resultado não realizado	-	2.080	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.080
Amortização de mais valia de ativos, líquido impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.539)	-	(5.539)
Em 31 de dezembro de 2016	-	1.596.160	282	1.511	9	1	1	408.164	2.490	-	199.380	1.577	2.209.575

DESCRIÇÃO	Controladas indiretas		
	North America	Tablemac	Duratex Belgium
Acões/ quotas possuídas (Mil)	500	33.622.363	1.880
Participação %	100,00	99,60	94,95
Capital social	886	54.332	50.872
Patrimônio líquido	12.879	349.819	49.296
Lucro líquido do período	1.362	58.778	6.775
<b>Movimentação dos investimentos</b>			
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>9.309</b>	<b>261.209</b>	<b>35.848</b>
Resultado de Equivalência	359	34.928	4.159
Variação cambial sobre patrimônio líquido	4.559	14.903	6.719
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>14.227</b>	<b>311.040</b>	<b>46.726</b>
Resultado de Equivalência	1.362	56.154	6.535
Variação cambial sobre patrimônio líquido	(2.710)	(45.499)	(5.107)
Dividendos	-	(38.893)	-
Participação reflexa na aquisição de ações de não controladores	-	-	(1.348)
Aquisição de ações de não controladores	-	65.872	-
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>12.879</b>	<b>348.674</b>	<b>46.806</b>

**b) Aumento de capital em controladas**

Em 04 de janeiro de 2016, a Companhia, integralizou aumento de capital, a valor de livros, na controlada Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda. (atual denominação da Duchacorona Ltda.), no montante de R\$ 53.488, por meio de aporte do acervo de bens formado pelos ativos e passivos da filial de Tubarão – SC.

Demonstrativo do acervo de bens utilizados no aumento de capital da Hydra Corona em 04 de janeiro de 2016.

<b>Ativo circulante</b>	<b>24.523</b>
Estoques	23.724
Impostos e contrib. a recuperar	382
Demais créditos	417
<b>Ativo não circulante</b>	<b>32.858</b>
Impostos e contribuições	563
Imobilizado	31.728
Intangível	567
<b>Ativo total</b>	<b>57.381</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>(3.893)</b>
Obrigações com pessoal	(1.854)
Contas a pagar	(1.866)
Impostos e contribuições	(173)
<b>Passivo total</b>	<b>(3.893)</b>
<b>Conferência de bens</b>	<b>53.488</b>

Em 31 de março de 2016, os quotistas da controlada Duchacorona Ltda., aprovaram a alteração da denominação social para Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda.; e elevaram seu capital em R\$ 20.000, totalizando R\$ 204.240.

Em 28 de abril de 2016 a Duratex S.A. aumentou o capital social da Duratex Andina S.A.C., no montante de R\$ 1.767, totalizando R\$ 1.771.

Em 06 de maio de 2016, a Duratex S.A. aumentou o capital social da Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda.; em R\$ 10.000, totalizando R\$ 214.240.

Em 08 de julho de 2016, a Duratex S.A. aumentou o capital social da Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda.; em R\$ 6.000, totalizando R\$ 220.240.

Em 22 de agosto de 2016, a Duratex S.A. aumentou o capital social da Duratex Europe, no montante de R\$ 26.298, totalizando R\$ 392.358.

Em 03 de outubro de 2016, a Duratex S.A. aumentou o capital social da Duratex Florestal, no montante de R\$ 200.001, totalizando R\$ 901.542.

**c) Aquisição de ações de controlada**

Em 14 de março de 2016, a Companhia por meio de suas controladas Duratex Europe e Duratex Belgium, concluiu a realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) do capital social da sua controlada Tablemac S.A., empresa líder no mercado colombiano na fabricação de painéis de madeira industrializada. Foram adquiridas 4.630.689.037 ao preço de COP 12,60 por ação, que representa um aumento na participação de 13,68%, o valor da contraprestação transferida foi de R\$ 66.598. Desta forma, a Duratex

passou a deter 94,3% do capital social da Tablemac, tal negociação caracteriza-se como transação entre a entidade e seus sócios.

Em 24 de agosto de 2016, a Companhia por meio de sua controlada Duratex Europe, adquiriu mais 5,30% do capital da controlada Tablemac. Foram adquiridas 23.141.578 ao preço de COP 13,69 por ação, o valor da contraprestação transferida foi de R\$ 25.794. Desta forma, a Duratex passou a deter 99,60% do capital social da Tablemac, tal negociação caracteriza-se como transação entre a entidade e seus sócios.

As duas transações acima foram reconhecidas contabilmente considerando o valor justo do ativo adquirido, a diferença entre o valor pago e o valor justo, R\$ 10.977 e R\$ 7.239 respectivamente, totalizando R\$ 18.216, foram registradas diretamente no patrimônio líquido na rubrica "Transação de capital com sócios" por se tratar da aquisição de ações de empresa controlada pelo Grupo Duratex (Nota 2.2.1).

## Nota 13 – Imobilizado

### a) Movimentação

CONTROLADORA	Terras e terrenos	Construções e banfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2014								
Custo	115.674	824.088	3.479.667	257.400	38.189	22.840	129.291	4.867.149
Depreciação acumulada	-	(300.519)	(1.594.822)	-	(23.198)	(20.730)	(85.485)	(2.024.754)
Saldo contábil, líquido	115.674	523.569	1.884.845	257.400	14.991	2.110	43.806	2.842.395
Em 31/12/2015								
Saldo inicial	115.674	523.569	1.884.845	257.400	14.991	2.110	43.806	2.842.395
Aquisições	12.615	2.172	40.667	149.097	2.276	79	8.206	215.112
Baixas	-	(34)	(870)	(536)	(68)	(66)	(156)	(1.730)
Depreciações	-	(31.203)	(234.689)	-	(2.454)	(947)	(10.747)	(280.040)
Transferências	751	43.852	191.085	(251.961)	1.806	68	14.399	-
Saldo contábil, líquido	129.040	538.356	1.881.038	154.000	16.551	1.244	55.508	2.775.737
Em 31/12/2015								
Custo	129.040	870.078	3.710.549	154.000	42.203	22.921	151.740	5.080.531
Depreciação acumulada	-	(331.722)	(1.829.511)	-	(25.652)	(21.677)	(96.232)	(2.304.794)
Saldo contábil, líquido	129.040	538.356	1.881.038	154.000	16.551	1.244	55.508	2.775.737
Em 31/12/2016								
Saldo inicial	129.040	538.356	1.881.038	154.000	16.551	1.244	55.508	2.775.737
Aquisições	-	519	21.583	95.544	922	-	9.196	127.764
Baixas	-	-	(584)	(178)	(5)	(8)	(83)	(858)
Depreciações	-	(30.264)	(215.980)	-	(2.471)	(546)	(11.474)	(260.735)
Transferências	-	13.940	130.463	(149.827)	240	226	4.958	-
Conferência de bens - Principal(*)	(559)	(2.735)	(34.013)	-	(967)	(116)	(5.985)	(44.375)
Conferência de bens - Depreciação Acumulada (*)	-	313	10.915	-	330	108	981	12.647
Saldo contábil, líquido	128.481	520.129	1.793.422	99.539	14.600	908	53.101	2.610.180
Em 31/12/2016								
Custo	128.481	881.802	3.827.998	99.539	42.393	23.023	159.826	5.163.062
Depreciação acumulada	-	(361.673)	(2.034.576)	-	(27.793)	(22.115)	(106.725)	(2.552.882)
<b>Saldo contábil imobilizado em 31.12.2016</b>	<b>128.481</b>	<b>520.129</b>	<b>1.793.422</b>	<b>99.539</b>	<b>14.600</b>	<b>908</b>	<b>53.101</b>	<b>2.610.180</b>

(\*) Vide nota

explicativa 12 (b).



CONSOLIDADO	Terras e terrenos	Construções e banheiros	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2014								
Custo	694.850	940.479	3.648.442	262.168	47.459	53.364	135.241	5.782.003
Depreciação acumulada	-	(317.885)	(1.582.657)	-	(30.851)	(44.866)	(89.862)	(2.066.121)
Saldo contábil, líquido	694.850	622.594	2.065.785	262.168	16.608	8.498	45.379	3.715.882
Em 31/12/2015								
Saldo inicial	694.850	622.594	2.065.785	262.168	16.608	8.498	45.379	3.715.882
Aquisições	12.972	2.699	49.235	167.018	2.431	1.164	16.426	251.945
Baixas	(214)	(502)	(1.614)	(571)	(91)	(102)	(336)	(3.430)
Depreciações	-	(33.716)	(255.570)	-	(2.699)	(2.117)	(12.549)	(306.651)
Transferências	2.334	45.378	202.575	(268.197)	2.146	753	15.011	-
Variação cambial	17.533	7.686	19.562	233	15	60	(589)	44.500
Aquisição Duchacorona	151	60	6.763	-	292	39	581	7.886
Mais valia - Aquisição Duchacorona	17.909	9.580	22.806	-	550	190	516	51.551
Amortização - Mais Valia	-	(183)	(2.061)	-	(40)	(30)	(137)	(2.451)
Saldo contábil, líquido	745.535	653.596	2.107.481	160.651	19.212	8.455	64.302	3.759.232
Saldo em 31/12/2015								
Custo	745.535	1.005.197	3.945.708	160.651	52.762	55.438	166.713	6.132.004
Depreciação acumulada	-	(351.601)	(1.838.227)	-	(33.550)	(46.983)	(102.411)	(2.372.772)
Saldo contábil, líquido	745.535	653.596	2.107.481	160.651	19.212	8.455	64.302	3.759.232
Em 31/12/2016								
Saldo inicial	745.535	653.596	2.107.481	160.651	19.212	8.455	64.302	3.759.232
Aquisições	1.026	657	32.198	128.601	1.027	144	14.300	177.953
Baixas	(4.942)	(60)	(6.508)	(232)	(129)	(22)	(985)	(12.878)
Depreciações	-	(32.424)	(247.101)	-	(2.797)	(1.854)	(14.749)	(298.925)
Transferências	-	12.315	155.026	(182.203)	330	1.267	13.265	-
Variação cambial	(16.251)	(31.410)	(247)	(43)	(864)	(265)	(616)	(49.696)
Amortização - Mais Valia	-	(367)	(3.207)	-	(25)	(7)	(185)	(3.791)
Saldo contábil, líquido	725.368	602.307	2.037.642	106.774	16.754	7.718	75.332	3.571.895
Saldo em 31/12/2016								
Custo	725.368	986.332	4.122.970	106.774	53.101	56.555	192.492	6.243.592
Depreciação acumulada	-	(384.025)	(2.085.328)	-	(36.347)	(48.837)	(117.160)	(2.671.697)
Saldo contábil imobilizado em 31.12.2016	725.368	602.307	2.037.642	106.774	16.754	7.718	75.332	3.571.895

## b) Imobilizações em andamento

As Imobilizações em andamento referem-se a investimentos nas unidades: (i) na Divisão Madeira, plantas de Agudos-SP, Botucatu-SP, Itapetininga-SP, Uberaba-MG e Taquari-RS para produção de painéis de madeira (ii) na Divisão Deca, plantas da Paraíba-PB, Recife-PE, São Leopoldo-RS, Queimados-RJ e Jundiá-SP para produção de Louças sanitárias e de São Paulo-SP, Jundiá-SP e Jacareí-SP para produção de Metais, Tubarão-SC e Aracaju-SE para produção de chuveiros. Em 31 de dezembro de 2016, os contratos firmados para expansões totalizam aproximadamente R\$ 81 milhões.

## c) Revisão da vida útil dos ativos

Conforme previsto no Pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, a Companhia e suas controladas revisaram a vida útil econômica estimada aos ativos para o cálculo da depreciação. Foi adotada a seguinte metodologia na revisão das taxas de depreciação:

- antecedentes internos: Investimentos em substituição dos bens, informação sobre a sobrevivência dos ativos, especificações técnicas existentes;
- antecedentes externos: Ambiente econômico em que o Grupo opera novas tecnologias, *benchmarking*, recomendações e manuais do fabricante;
- estado de conservação e operações dos bens: Manutenção, falhas e eficiência dos bens e outros dados que serviram para análise e determinação da vida útil remanescente;
- valor residual dos bens, histórico da manutenção e utilização até a destinação para sucata;
- alinhamento ao planejamento geral dos negócios da Companhia.

Taxas anuais de depreciação	31/12/2016	31/12/2015
Construções e benfeitorias	4,0%	4,0%
Máquinas, equipamentos e instalações(*)	6,6%	7,3%
Móveis e utensílios	10,0%	10,0%
Veículos	20% a 25%	20% a 25%
Outros ativos	10% a 20%	10% a 20%

(\*) Alterada na revisão da taxa de vida útil conforme nota explicativa 13(c).

#### d) Ativos em garantia

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo possui em seu ativo imobilizado 2 fazendas no montante de R\$ 17.780, em garantia de processos judiciais.

#### Nota 14 – Ativos biológicos (Reservas florestais)

A Companhia detém através de suas controladas Duratex Florestal Ltda. e Tablemac S.A., bem como, de sua controlada em conjunto, Caetex Florestal S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo possuía aproximadamente 176,7 mil hectares em áreas de efetivo plantio (170,3 mil hectares em 31 de dezembro de 2015) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

#### a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas de Eucalipto com até um ano de vida e de Pinus até 4 anos de vida, que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 10,1% a.a. em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado da Companhia, o qual é revisado anualmente pela Administração.

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/ metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos do Grupo, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorizados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. As estimativas de volume são corroboradas por inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

## b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e pelo diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Custo de formação dos ativos biológicos	966.180	894.350
Diferencial entre custo e valor justo	562.737	547.221
<b>Valor justo dos ativos biológicos</b>	<b>1.528.917</b>	<b>1.441.571</b>

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

## c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.441.571</b>	<b>1.354.693</b>
Variação do valor justo		
Preço volume	157.973	124.566
Exaustão	(142.297)	(146.322)
Variação do valor histórico		
Formação	178.179	203.795
Exaustão	(106.509)	(95.161)
<b>Saldo final</b>	<b>1.528.917</b>	<b>1.441.571</b>

### Efeito no resultado do valor justo do ativo biológico

Variação do valor justo	157.973	124.566
Exaustão do valor justo	(142.297)	(146.322)

O montante da exaustão do exercício está apresentado na rubrica 'Custos dos produtos vendidos' da demonstração do resultado.

## d) Análise de Sensibilidade

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa.

O preço médio em 31/12/2016 era de R\$ 43,32 /m³ (em 31/12/2015 era de R\$ 43,33 /m³). Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas. A cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R\$ 75 milhões.

Em relação à taxa de desconto, foi utilizada 10,1% a.a. em 31/12/2015 e em 31/12/2016. Aumentos na taxa acarretam em queda no valor justo da floresta. Cada 0,5% a.a. de variação na taxa afetariam o valor justo em cerca de R\$ 14,5 milhões.

## Nota 15 – Intangível

Controladora	Software	Marcas e Patentes	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo em 31/12/2014					
Custo	55.699	5.707	254.798	396.161	712.365
Amortização acumulada	(40.802)	(989)	-	(132.452)	(174.243)
Saldo contábil, líquido	14.897	4.718	254.798	263.709	538.122
Em 31/12/2015					
Saldo inicial	14.897	4.718	254.798	263.709	538.122
Adições	16.462	1.394	-	-	17.856
Baixas	(4)	-	-	-	(4)
Amortizações	(4.881)	-	-	(26.466)	(31.347)
Saldo contábil, líquido	26.474	6.112	254.798	237.243	524.627
Saldo em 31/12/2015					
Custo	72.157	7.101	254.798	396.161	730.217
Amortização acumulada	(45.683)	(989)	-	(158.918)	(205.590)
Saldo contábil, líquido	26.474	6.112	254.798	237.243	524.627
Em 31/12/2016					
Saldo inicial	26.474	6.112	254.798	237.243	524.627
Adições	11.676	975	-	-	12.651
Baixas	(78)	-	-	-	(78)
Amortizações	(4.681)	-	-	(26.465)	(31.146)
Conferência de bens - Principal	(960)	-	-	-	(960)
Conferência de bens - Amortização acumulada	393	-	-	-	393
Saldo contábil, líquido	32.824	7.087	254.798	210.778	505.487
Saldo em 31/12/2016					
Custo	82.795	8.076	254.798	396.161	741.830
Amortização acumulada	(49.971)	(989)	-	(185.383)	(236.343)
<b>Saldo contábil intangível em 31.12.2016</b>	<b>32.824</b>	<b>7.087</b>	<b>254.798</b>	<b>210.778</b>	<b>505.487</b>

Consolidado	Software	Marcas e Patentes	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo em 31/12/2014					
Custo	57.200	5.711	254.798	412.214	729.923
Amortização acumulada	(41.409)	(989)	-	(133.388)	(175.786)
Saldo contábil, líquido	15.791	4.722	254.798	278.826	554.137
Em 31/12/2015					
Saldo inicial	15.791	4.722	254.798	278.826	554.137
Adições	17.083	1.513	-	-	18.596
Baixas	(214)	-	-	-	(214)
Amortizações	(5.029)	-	-	(27.627)	(32.656)
Variação cambial	77	-	-	1.609	1.686
Mais valia - Aquisição Duchacorona	-	13.237	-	-	13.237
Ágio - Aquisição Duchacorona	-	-	159	-	159
Saldo contábil, líquido	27.708	19.472	254.957	252.808	554.945
Saldo em 31/12/2015					
Custo	74.146	20.461	254.957	413.823	763.387
Amortização acumulada	(46.438)	(989)	-	(161.015)	(208.442)
Saldo contábil, líquido	27.708	19.472	254.957	252.808	554.945
Em 31/12/2016					
Saldo inicial	27.708	19.472	254.957	252.808	554.945
Adições	11.733	1.065	-	-	12.798
Baixas	(78)	-	-	-	(78)
Amortizações	(5.191)	-	-	(27.421)	(32.612)
Variação cambial	(112)	-	-	(2.087)	(2.199)
Revisão do valor da Marca Duchacorona	-	(4.400)	-	-	(4.400)
Revisão do ágio aquisição Duchacorona	-	-	4.850	-	4.850
Saldo contábil, líquido	34.060	16.137	259.807	223.300	533.304
Saldo em 31/12/2016					
Custo	85.689	17.126	259.807	411.736	774.358
Amortização acumulada	(51.629)	(989)	-	(188.436)	(241.054)
<b>Saldo contábil intangível em 31.12.2016</b>	<b>34.060</b>	<b>16.137</b>	<b>259.807</b>	<b>223.300</b>	<b>533.304</b>

## Nota 16 – Teste de *impairment* dos ágios

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangível com vida útil indefinida.

O ágio adquirido por meio de combinação de negócios é alocado às unidades geradoras de caixa (UGCs) que produzem Painéis, Louças, Metais e Chuveiros e compõem as unidades de negócio Madeira (Painéis) e Deca (Louças, Metais e Chuveiros).

	Madeira		Deca					
	Painéis		Metais		Louças		Chuveiros	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Valor contábil do ágio</b>	187.573	187.573	2.402	2.402	39.246	39.246	30.586	25.736
<b>Valor contábil dos demais ativos</b>	2.745.966	2.927.276	53.258	49.209	197.464	210.410	107.959	69.430
<b>Valor contábil das UGCs</b>	2.933.539	3.114.849	55.660	51.611	236.710	249.656	138.545	95.166
<b>Valor das UGCs pelo fluxo caixa</b>	3.193.075	3.795.408	56.765	81.407	372.776	379.089	264.053	118.860

A Companhia realizou o teste de valor recuperável no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e considera a relação entre a capitalização no mercado e seu valor contábil, quando efetua a revisão para identificar indicadores de perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016, a capitalização do mercado da Companhia era superior ao valor contábil de seu capital.

### Painéis

O valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) de Painéis, no valor de R\$ 3.193.075, em 31 de dezembro de 2016, foi apurado com base em seu valor em uso e as projeções tiveram como base o planejamento estratégico da Companhia aprovados pela direção que considera projeções macroeconômicas de crescimento e inflação bem como as condições operacionais da Companhia. O período explícito de projeção utilizado foi de 10 anos, em função de que nos 5 anos iniciais de projeção a unidade não atinge o nível de operação plena de sua capacidade atual prejudicando dessa forma o cálculo da perpetuidade. A adoção desse período, na opinião da Administração, permite uma melhor representação dos resultados e fluxos de caixa da empresa no longo prazo e reflete as características específicas do negócio. Os fluxos de caixa foram descontados pela taxa de 12,32% a.a. (13,59% a.a. em 2015) e a perpetuidade foi calculada utilizando-se o último ano do período explícito e considerando uma taxa de crescimento de 4,5% a.a.

Foi concluído que o valor justo excede o valor em uso em R\$ 259.536 e a Administração não identificou redução ao valor recuperável para esta UGC.

### **Louças, Metais e Chuveiros**

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa (UGCs) de Louças, Metais e Chuveiros, no valor de R\$ 693.594, em 31 de dezembro de 2016 foi apurado com base em seu valor em uso e as projeções tiveram como base o planejamento estratégico da Companhia aprovados pela direção que considera projeções macroeconômicas de crescimento e inflação bem como as condições operacionais da Companhia. O período explícito de projeção utilizado foi de 10 anos, em função de que, nos 5 anos iniciais de projeção, a unidade não atinge o nível de operação plena de sua capacidade atual prejudicando dessa forma o cálculo da perpetuidade. A adoção desse período, na opinião da administração, permite uma melhor representação dos resultados e fluxos de caixa da empresa no longo prazo e reflete as características específicas do negócio. Os fluxos de caixa foram descontados pela taxa de 12,32% a.a. (13,59% a.a. em 2015) e a perpetuidade foi calculada utilizando-se o último ano do período explícito e considerando uma taxa de crescimento de 4,5% a.a.

Foi concluído que o valor justo excede o valor em uso em R\$ 262.679 e a Administração não identificou redução ao valor recuperável para estas UGCs.

### **Principais variáveis utilizadas no cálculo do valor em uso**

Para o cálculo do valor em uso das unidades geradoras de caixa de Painéis, Louças, Metais e Chuveiros, as seguintes variáveis foram utilizadas:

- Margens Brutas
- Taxas de Desconto
- Taxa de crescimento utilizado na perpetuidade

#### **Margens Brutas**

As margens brutas se baseiam nos resultados históricos e crescem ao longo do período de projeção através de diluição dos custos fixos advinda dos maiores volumes expedidos. Esse crescimento representa um percentual médio de 0,7% a.a. em Painéis e 0,3% a.a. para Louças, Metais e Chuveiros. A redução no crescimento econômico resultaria em uma diminuição nos volumes vendidos fazendo com que a diluição do custo fixo impacte na margem bruta projetada. Uma queda de 5% nas margens brutas de operação poderia reduzir o valor em uso pelo fluxo de caixa para um patamar inferior ao seu valor justo nas UGCs analisadas.

#### **Taxas de Desconto**



A taxa de desconto representa a avaliação de risco atual da Companhia e foi calculado pela metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital (Weighted Average Cost of Capital (WACC)) que considera os componentes de financiamento de dívida e capital próprio utilizados pela Companhia para financiar suas atividades. O custo de capital próprio da Duratex foi calculado pelo método CAPM (Capital Asset Pricing Model) que leva em conta o risco específico do negócio através do beta. Esse cálculo é revisado anualmente. Um aumento na percepção de risco específico (beta), do risco de mercado, do risco do país ou do custo de financiamento poderia acarretar em um aumento na taxa de desconto. Um aumento de 3% na taxa de desconto poderia reduzir o valor em uso pelo fluxo de caixa para um patamar inferior ao seu valor justo nas UGCs analisadas.

#### **Taxa de crescimento utilizado na perpetuidade**

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa acima do período explícito foi de 4,5% a.a. uma vez que esta é a inflação projetada de longo prazo. A Companhia acredita que essa taxa de crescimento está adequada ao crescimento médio do setor e a seus resultados históricos.

## Nota 17 – Empréstimos e financiamentos

				31/12/2016		31/12/2015	
MODALIDADE	ENCARGOS	AMORTIZAÇÃO	GARANTIAS	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
<b>Em Moeda Nacional - Controladora</b>							
BNDES	TJLP + 2,2% a.a	Mensal e Trimestral	Aval - Itaúsa- Investimentos Itaú S.A.	5.542	284	63.802	5.397
BNDES	TJLP + 2,7% a.a	Mensal	Fiança - Cia. Ligna de Investimentos	358	770	354	1.109
BNDES	TJLP + 2,8% a.a	Mensal e Trimestral	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	83.930	64.740	64.242	146.101
BNDES	4,6% a.a.	Mensal e Trimestral	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	3.654	2.394	5.171	6.295
BNDES	Selic + 2,16% a.a.	Mensal	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	975	883	982	1.846
FINAME	TJLP + 2,3% a.a./ Pré 6 % a.a.	Mensal e Trimestral	Alienação fiduciária e nota promissória	9.817	36.278	7.426	43.474
FINAME	6 % a.a.	Mensal	Alienação fiduciária e fiança	850	5.471	461	6.307
CREDITO EXPORTAÇÃO com Swap	8 % a.a.	Até Janeiro 2018	-	38.939	20.120	676	56.009
CREDITO EXPORTAÇÃO	104,8% CDI	Até Janeiro 2021	-	14.380	573.707	14.038	542.464
CREDITO EXPORTAÇÃO	107,5% CDI	Até Outubro 2019	-	-	117.621	-	102.167
FUNDIEST	30 % IGP-M a.m.	Até Dezembro 2020	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	27.520	74.451	19.958	96.614
FUNDOPEM	IPCA + 3% a.a	Até Janeiro 2026	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	3.181	48.323	1.528	35.969
PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4% a.a./IPCA + 6% a.a	Até Janeiro 2018	Fiança - Cia Ligna de Investimentos e hipoteca de bens	1.197	99	4.342	1.209
DESCONTO NPR	9,5% a.a.	Até Março 2017	Nota promissória	39.966	-	20.149	-
EXIM TJLP	TJLP + 3,3% a.a.	Até Setembro 2018	Nota promissória	1.158	114.982	-	-
EXIM SELIC	Selic + 3,6% a.a.	Até Setembro 2018	Nota promissória	212	51.101	-	-
<b>Total em Moeda Nacional - Controladora</b>				<b>231.679</b>	<b>1.111.224</b>	<b>203.129</b>	<b>1.044.961</b>
<b>Em Moeda Estrangeira - Controladora</b>							
BNDES	Cesta de Moedas + 2,2 % a.a	Mensal	Aval - Itaúsa- Investimentos Itaú S.A.	937	-	13.997	1.119
BNDES	Cesta de Moedas + 2,4 % a.a	Mensal	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	-	-	236	-
BNDES	US\$ + Libor + 1,6 % a.a	Mensal	Aval - Itaúsa- Investimentos Itaú S.A.	958	-	1.970	1.144
BNDES	US\$ + Libor + 2,1 % a.a	Mensal	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	283	-	582	338
ACC	US\$ + 3,8% a.a.	Mensal	Nota promissória	66.264	-	-	-
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,5% a.a.	Agosto 2019	Nota promissória	601	179.316	580	179.529
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 2,82% a.a.	Junho 2018	Nota promissória	158	176.153	172	176.069
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,35% a.a.	Maio 2016	Nota promissória	-	-	51.276	-
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 2,11% a.a.	Junho 2018	Nota promissória	80.443	26.212	161	107.939
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,35% a.a.	Julho 2016	Nota promissória	-	-	58.111	-
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 2,71% a.a.	Outubro 2017	Nota promissória	128.949	-	1.278	127.685
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 2,58% a.a.	Janeiro 2017	Nota promissória	128.677	-	2.142	126.549
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 3,66% a.a.	Agosto 2019	Nota promissória	2.252	185.225	2.700	185.006
<b>Total em Moeda Estrangeira - Controladora</b>				<b>409.522</b>	<b>566.906</b>	<b>133.205</b>	<b>905.378</b>
<b>TOTAL DA CONTROLADORA</b>				<b>641.201</b>	<b>1.678.130</b>	<b>336.334</b>	<b>1.950.339</b>
<b>Em Moeda Nacional - Controladas</b>							
NOTA DE CREDITO RURAL	12,75 % a.a.	Novembro 2018	Aval - Duratex S.A.	-	176.583	126.679	-
NOTA DE CREDITO RURAL	12,75% a.a.	Março 2017	-	13.532	-	-	-
NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	104,9% CDI	Até Janeiro 2021	Aval - Duratex S.A.	6.931	141.139	7.100	141.449
BNDES	TJLP + 2,8 % a.a	Mensal e Trimestral	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	1.944	52.368	2.668	52.628
BNDES	5,5 % a.a.	Mensal	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	242	23.592	238	23.258
BNDES	3,5% a.a.	Mensal	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	1.151	2.483	1.153	3.629
CRA	98% CDI	Semestral	Fiança Duratex S.A.	899	692.429	-	-
FINAME	Pré 5,6 % a.a	Mensal e Trimestral	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	1.667	5.871	971	3.038
FINAME	Pré 9 % a.a	Semestral	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	23	76	-	-
FINAME	TJLP + 4% a.a.	Mensal	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	2	313	-	-
LEASING	Pré 1,18% a.m.	Mensal	Aval pessoa física	-	-	150	-
<b>Total em Moeda Nacional - Controladas</b>				<b>26.391</b>	<b>1.094.854</b>	<b>138.959</b>	<b>224.002</b>
<b>Em Moeda Estrangeira - Controladas</b>							
LEASING	DTF + 2%	Mensal	Nota Promissoria	501	784	64	1.672
DEG/CII	5,4% a.a.	Semestral	Penhor e hipoteca de equipamentos	10.413	1.730	9.463	11.114
CII	Libor + 3,95% a.a.	Semestral	Penhor e hipoteca de equipamentos	2.604	433	2.277	5.172
Banco Santander-Hermes	4,59 % a.a.	Semestral	Apólice de Seguro emitida por 95%	0	-	2.968	5.406
<b>Total em Moeda Estrangeira - Controladas</b>				<b>13.518</b>	<b>2.947</b>	<b>14.772</b>	<b>23.364</b>
<b>TOTAL DAS CONTROLADAS</b>				<b>39.909</b>	<b>1.097.801</b>	<b>153.731</b>	<b>247.366</b>
<b>TOTAL CONSOLIDADO</b>				<b>681.110</b>	<b>2.775.931</b>	<b>490.065</b>	<b>2.197.705</b>

## Empréstimos e financiamentos designados ao valor justo

A Administração da Companhia elegeu designar, no reconhecimento inicial, determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados na tabela anterior como *swap*) como passivos a valor justo por meio do resultado.

A adoção do valor justo na dívida justifica-se por uma necessidade de evitar o descasamento contábil entre o instrumento de dívida e o instrumento de proteção contratado pela Companhia, que é classificado a valor justo por meio do resultado.

### **Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA (R\$ 700 milhões)**

Em 21 de dezembro de 2016, a controlada Duratex Florestal Ltda., recebeu R\$ 700 milhões relativos à cessão de um contrato de compra e venda de madeira, existente entre ela e a Duratex S.A.

Este contrato foi utilizado como lastro para emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, emitidos pela Ourinvest Securitizadora S.A. Neste sentido foram emitidos 700 mil certificados de valor unitário igual a R\$ 1.000 e que perfaz o montante recebido, a uma taxa de 98% do CDI com pagamentos de juros semestrais e do principal em 21 de dezembro de 2022.

O valor do CRA apresentado no quadro de empréstimos e financiamentos é R\$ 693.328, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão desse passivo. Os encargos incorridos nessa captação serão apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

### **Pagamento antecipado de Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA (R\$ 675 milhões)**

Em 03 de outubro de 2016, a controlada Duratex Florestal Ltda., efetuou o pagamento antecipado do montante de R\$ 675,3 milhões diretamente à empresa securitizadora da operação de Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA “Ourinvest Securitizadora S.A.”, com recursos próprios.

Esta antecipação é consequência da decisão tomada pela Duratex S.A. em 23 de setembro de 2016, comunicada em Aviso aos Debenturistas no mesmo dia, de pagar antecipadamente as debêntures emitidas em 2012. Este evento disparou cláusula prevista no contrato do CRA, que obriga o resgate antecipado também destes certificados.

#### **a) Avais e Fianças**

Os avais e fianças garantidores dos empréstimos e financiamentos da Duratex S.A. foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R\$ 153.574 (R\$ 271.567 em 31 de dezembro de 2015), pela Companhia Ligna de Investimentos no montante de R\$ 104.395 (R\$ 123.822 em 31 de dezembro de 2015). No caso de empréstimos e financiamentos obtidos pelas subsidiárias, os avais foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R\$ 57.246 (R\$ 58.502 em 31 de dezembro de 2015) e pela Duratex S.A. no montante de R\$ 1.025.932 (R\$ 275.228 em 31 de dezembro de 2015).

#### **b) Cláusulas restritivas**

Os empréstimos e financiamentos junto ao BNDES estão sujeitos a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, o seguinte:

b.1) Fábricas de MDF em Uberaba – apresentação das licenças de operação, adoção de medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente e medidas relativas à segurança e medicina do trabalho. No contrato de financiamento da fábrica de MDF de Uberaba a manutenção de “covenants” está baseada no balanço da Duratex S.A., devendo a Companhia manter limite de cobertura da dívida através da relação (i) EBITDA (\*) / Despesa financeira líquida: igual ou superior a 3,0; (ii) Patrimônio líquido / Ativo Total: igual ou maior que 0,45; e (iii) EBITDA (\*) / Receita operacional líquida igual ou maior que 0,20.

b.2) Fábricas de HDF de Botucatu, MDFII de Agudos, Resinas Industriais de Agudos, Louças de Jundiá, Deca Metais Sanitários de São Paulo e de Jundiá e área Florestal – manutenção durante a vigência do contrato dos seguintes índices baseados em balanço anual auditado da Duratex S.A.: (i) EBITDA (\*) / Despesas financeiras líquida: superior ou igual a 3,0; (ii) EBITDA (\*) / Receita operacional líquida igual ou maior que 0,20; e (iii) Patrimônio líquido / Ativo total: igual ou maior que 0,45.

Em 31 de Dezembro de 2016, as obrigações contratuais acima (b.1 e b.2), estão integralmente cumpridas.

Caso as referidas obrigações contratuais não sejam cumpridas a Duratex S.A. deverá oferecer garantias adicionais.

b.3) Nas Fábricas Deca Metais Sanitários de São Paulo e Louças Queimados (RJ) - apresentação das licenças de operação, adoção de medidas preventivas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente e medidas relativas à segurança e medicina do trabalho. No contrato de financiamento existem “*covenants*” que estão baseados no balanço da Duratex S.A., devendo a Companhia manter limite de cobertura da dívida através da relação (i) EBITDA (\*\*) / Despesa financeira líquida: igual ou superior a 3,0; (ii) Patrimônio líquido / Exigível Total: igual ou maior que 0,45; e (iii) EBITDA (\*\*) / Receita operacional líquida igual ou maior que 0,20.

Em 31 de dezembro de 2016, as obrigações contratuais acima (b.3) estão cumpridas. Com relação ao índice EBITDA (\*\*) / Despesas financeiras líquidas, porém, este ficou abaixo de 3,0 apenas no contrato com o BNDES que utiliza o EBITDA ajustado de valores que não afetam o caixa. Isto, no entanto, não caracterizou até o momento decretação de inadimplemento, não cumprimento ou vencimento antecipado de obrigação contratual de qualquer natureza. Além disso, a Companhia já tomou as providências necessárias junto à instituição financeira para obtenção de *waiver* para tal item contratual (o valor envolvido é de aproximadamente R\$ 24.000).

(\*)EBITDA (“*earning before interest, taxes, depreciation and amortization*”) lucro antes dos juros e impostos (sobre o lucro) depreciação e amortização.

(\*\*)EBITDA (“*earning before interest, taxes, depreciation and amortization*”) lucro antes dos juros e impostos (sobre o lucro), depreciação e amortização + Outros ajustes sem Efeito do Caixa do Ativo Não Circulante.

### c) Empréstimos e financiamentos do passivo não circulante por prazo de vencimento

## Empréstimos e financiamentos - Prazo vencimento

31/12/2016						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2018	371.576	202.364	573.940	602.076	204.748	806.824
2019	263.141	364.542	627.683	335.751	364.639	700.390
2020	400.174	-	400.174	456.224	101	456.325
2021	44.793	-	44.793	81.330	89	81.419
2022	12.305	-	12.305	711.090	76	711.166
2023	8.597	-	8.597	8.793	71	8.864
2024	6.440	-	6.440	6.616	79	6.695
Demais	4.198	-	4.198	4.198	50	4.248
<b>Total</b>	<b>1.111.224</b>	<b>566.906</b>	<b>1.678.130</b>	<b>2.206.078</b>	<b>569.853</b>	<b>2.775.931</b>

  

31/12/2015						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2017	141.015	354.456	495.471	144.141	368.933	513.074
2018	211.204	186.388	397.592	265.685	194.486	460.171
2019	260.582	364.534	625.116	332.915	364.859	697.774
2020	366.982	-	366.982	422.981	55	423.036
2021	41.934	-	41.934	79.426	59	79.485
2022	9.923	-	9.923	10.119	65	10.184
2023	6.277	-	6.277	6.474	71	6.545
Demais	7.044	-	7.044	7.220	216	7.436
<b>Total</b>	<b>1.044.961</b>	<b>905.378</b>	<b>1.950.339</b>	<b>1.268.961</b>	<b>928.744</b>	<b>2.197.705</b>

### Nota 18 – Vencimento antecipado das debêntures conversíveis em ações

Em 26 de setembro de 2016 a (“Companhia”) efetuou o pagamento de R\$ 144.774 aos detentores da Primeira Emissão Privada de Debêntures, datada de 15 de janeiro de 2012 por ter sido declarado o vencimento antecipado dessas debêntures na Assembleia geral dos Debenturistas, ocorrida em 23 de setembro de 2016 e comunicada em aviso aos debenturistas no mesmo dia.

Quando da emissão dessas debêntures em 2012 o valor justo do componente do passivo incluído nos empréstimos não circulantes foi calculado usando-se a taxa de juros de mercado para um título de dívida não conversível equivalente. O valor residual de R\$ 1.904, representando o bônus de subscrição, foi registrado diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Com a liquidação das referidas debêntures em 2016, esse valor foi baixado daquela conta do patrimônio líquido.

## Nota 19 – Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamento de clientes	4.221	4.177	8.022	22.615
Participação estatutária	-	9.790	-	9.790
Frete e Seguros a pagar	9.962	11.603	15.435	17.214
Aquisição de Empresas	19.916	24.549	19.916	24.549
Lucros a distribuir aos sócios participantes das SCPs (1)	-	-	10.538	9.582
Comissões a pagar	7.228	8.222	8.263	8.309
Garantia de produtos, assistência técnica e manutenção	10.843	11.293	14.560	13.632
Licença de uso de tecnologia	1.721	2.615	1.721	2.615
Indenizações por decisões judiciais	-	4.687	-	4.687
Renegociação assistência médica	-	714	-	714
Aquisição de áreas para reflorestamento	-	-	11.653	7.889
Contas a pagar aos sócios participantes das SCPs	-	-	27.043	97.939
Empréstimos consignados	1.361	1.321	1.644	1.476
Vendas para entrega futura	6.327	6.556	6.327	6.556
Provisão para reestruturação	-	1.851	-	2.774
Demais contas a pagar	2.940	5.506	9.570	13.663
<b>Total circulante</b>	<b>64.519</b>	<b>92.884</b>	<b>134.692</b>	<b>244.004</b>
Aquisição de Empresas	31.566	32.895	31.566	32.895
Adiantamento de clientes	-	-	5.123	5.508
Contas a pagar aos sócios participantes das SCPs (2)	-	-	93.538	-
Garantia de produtos e assistência técnica	3.585	3.915	3.585	3.915
Arrendamento mercantil	-	-	10.190	10.473
Passivos provisionados com parceiros joint operation	-	-	22.193	11.190
Benefícios pós emprego (3)	8.448	-	8.448	-
Demais contas a pagar	796	774	207	328
<b>Total não circulante</b>	<b>44.395</b>	<b>37.584</b>	<b>174.850</b>	<b>64.309</b>

(1) SCPs - Sociedades em Conta de Participação;

(2) Valor da participação dos sócios terceiros ao Grupo em projetos de reflorestamento, onde a controlada Duratex Florestal contribuiu com ativos florestais, basicamente florestas e os sócios investidores com recursos em espécie;

(3) Valor referente benefício pós emprego relacionado à assistência médica.

## Nota 20 – Provisão para contingências

### a) Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos da Companhia.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e administrativos em curso, conforme apresentado a seguir:

Controladora	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total	Consolidado	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Ambiental	Total
<b>Saldo em 31.12.2014</b>	<b>46.860</b>	<b>35.660</b>	<b>2.044</b>	<b>84.564</b>	<b>Saldo em 31.12.2014</b>	<b>56.238</b>	<b>41.190</b>	<b>2.044</b>	<b>-</b>	<b>99.472</b>
Atualização monetária e juros	4.974	11.501	334	16.809	Atualização monetária e juros	5.451	15.078	334	-	20.863
Constituição	10.489	14.337	57	24.883	Constituição	7.747	16.471	57	-	24.275
Reversão	(7.075)	(13.642)	(955)	(21.672)	Reversão	(12.088)	(17.829)	(955)	-	(30.872)
Pagamentos	(43)	(10.316)	-	(10.359)	Pagamentos	(174)	(11.108)	-	-	(11.282)
					Aquisição Duchacorona	-	6.228	-	3.000	9.228
<b>Saldo final em 31.12.2015</b>	<b>55.205</b>	<b>37.540</b>	<b>1.480</b>	<b>94.225</b>	<b>Saldo final em 31.12.2015</b>	<b>57.174</b>	<b>50.030</b>	<b>1.480</b>	<b>3.000</b>	<b>111.684</b>
Depósitos Judiciais	(6.699)	(10.385)	(20)	(17.104)	Depósitos Judiciais	(6.699)	(10.863)	(20)	-	(17.582)
<b>Saldo em 31.12.2015 após compensação dos depósitos judiciais</b>	<b>48.506</b>	<b>27.155</b>	<b>1.460</b>	<b>77.121</b>	<b>Saldo em 31.12.2015 após compensação dos depósitos judiciais</b>	<b>50.475</b>	<b>39.167</b>	<b>1.460</b>	<b>3.000</b>	<b>94.102</b>
Controladora	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total	Consolidado	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Ambiental	Total
<b>Saldo em 31.12.2015</b>	<b>55.205</b>	<b>37.540</b>	<b>1.480</b>	<b>94.225</b>	<b>Saldo em 31.12.2015</b>	<b>57.174</b>	<b>50.030</b>	<b>1.480</b>	<b>3.000</b>	<b>111.684</b>
Atualização monetária e juros	5.425	13.179	236	18.840	Atualização monetária e juros	5.434	17.572	292	-	23.298
Constituição	1.963	16.908	1.045	19.916	Constituição	1.964	22.186	1.552	-	25.702
Reversão	(2.173)	(5.937)	(504)	(8.614)	Reversão	(2.776)	(9.107)	(572)	-	(12.455)
Pagamentos	-	(12.707)	-	(12.707)	Pagamentos	-	(16.682)	-	-	(16.682)
					Variação cambial controladas no exterior	(149)	-	-	-	(149)
<b>Saldo final em 31.12.2016</b>	<b>60.420</b>	<b>48.983</b>	<b>2.257</b>	<b>111.660</b>	<b>Saldo final em 31.12.2016</b>	<b>61.647</b>	<b>63.999</b>	<b>2.752</b>	<b>3.000</b>	<b>131.398</b>
Depósitos Judiciais	(8.514)	(12.353)	-	(20.867)	Depósitos Judiciais	(8.514)	(13.289)	-	-	(21.803)
<b>Saldo em 31.12.2016 após compensação dos depósitos judiciais</b>	<b>51.906</b>	<b>36.630</b>	<b>2.257</b>	<b>90.793</b>	<b>Saldo em 31.12.2016 após compensação dos depósitos judiciais</b>	<b>53.133</b>	<b>50.710</b>	<b>2.752</b>	<b>3.000</b>	<b>109.595</b>

As contingências tributárias envolvem, principalmente, discussões sobre:

1-) PIS Semestralidade – Ação Declaratória com a finalidade de se ter reconhecido o direito ao pagamento do PIS nos termos da Lei Complementar nº 7/70, ou seja, seis meses após o reconhecimento da receita do faturamento. A provisão refere-se à divergência sobre o início da atualização do crédito pela SELIC; se novembro de 1997, conforme entende a Fazenda ou janeiro de 1996, primeiro mês da vigência da SELIC, como entende a Companhia. Em 31 de dezembro de 2016 o valor provisionado para esta discussão é R\$ 13.844 (R\$ 12.597 em 31 de dezembro de 2015).

2-) ICMS – Glosa de créditos de ICMS relativos às compras de madeiras efetuadas junto a fornecedor declarado inidôneo, retroativamente, pela Fazenda, tendo sido os créditos de ICMS escriturados igualmente glosados de forma retroativa. Em 31 de dezembro de 2016 o valor provisionado para esta discussão é R\$ 19.089 (R\$ 17.214 em 31 de Dezembro de 2015).

3-) IR e CS – Processos judiciais e administrativo visando anular o crédito tributário referentes à incidência de IR e CSLL sobre lucros auferidos por controladas no exterior nos períodos de 1996 a 2002 e de 2003 (não reconhecimento do direito à compensação de IR pago no exterior pelas empresas controladas, nos termos do artigo 26 da Lei nº 9.249/95 e afastamento da incidência de multa moratória pelo depósito judicial realizado após a revogação da liminar). Em 31 de dezembro de 2016 o valor provisionado para esta discussão é de R\$ 4.779 (R\$ 4.567 em 31 de dezembro de 2015).

4-) CSLL e IRPJ – Processo Administrativo relativo a: (a) lançamento de CSLL incidente sobre rendimentos de títulos governamentais (Áustria e Espanha), tendo em vista que a isenção concedida ao IR nos tratados contra a bitributação, firmados entre os países não se aplicaria à CSLL, não obstante a base de cálculo ser idêntica a do IR; (b) dedução das despesas do Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT diretamente do lucro líquido, com base na lei, e não como dedução do IR, como determina o decreto. Em 31 de dezembro de 2016 o valor provisionado para esta discussão é de R\$ 3.562 (R\$ 4.181 em 31 de dezembro de 2015).

5-) Multa de Ofício (Delta IPC) – Ação judicial para anular a cobrança, via execução fiscal, de multa de ofício decorrente de processo administrativo instaurado pela Fazenda para prevenir a decadência, lavrado com suspensão de exigibilidade, mas com incidência de multa. Valor recolhido em REFIS, mas não homologado. Em 31 de dezembro de 2016 o valor provisionado para esta discussão é de R\$ 2.849 (R\$ 2.442 em 31 de dezembro de 2015).

## b) Perdas Possíveis



A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza tributária, previdenciária, cível e trabalhista, com risco de perda, classificados como possível, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos. O principal valor é: R\$ 260.333, relativo à tributação (IR/CS) sobre suposto ganho de capital (reserva de reavaliação), nas operações societárias de cisão parcial, com incorporação de ativos (terras e florestas), avaliados a valor contábil, realizadas nos exercícios de 2006 (terras) e 2009 (florestas) da subsidiária Estrela do Sul Participações Ltda.. O processo de 2006 encontra-se em discussão no CARF e o processo de 2009 no judiciário.

### c) Ativos Contingentes

A Companhia e suas controladas estão discutindo judicialmente e administrativamente o ressarcimento dos tributos, indicados no quadro abaixo, com possibilidade de êxito provável, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos. Como se tratam de ativos contingentes, os valores a seguir não estão contabilizados nos demonstrativos financeiros:

	31/12/2016	31/12/2015
Crédito prêmio de IPI de 1980 a 1985	135.921	134.911
Correção monetária dos créditos com a Eletrobrás	14.396	12.852
Restituição do ILL pago na distribuição de dividendos de 1989 a 1992 (*)	-	13.747
INSS - Contribuições Previdenciárias	46.889	33.050
PIS (inconstitucionalidade dos DLs nºs 2.445 e 2.449)	1.149	1.048
PIS e COFINS - Zona Franca de Manaus	522	465
PIS e COFINS - Remessa de comissões sobre vendas ao exterior	2.585	2.497
Outros	5.669	1.609
<b>Total</b>	<b>207.131</b>	<b>200.179</b>

(\*) Habilitação de crédito decorrente de decisão judicial transitada em julgado.

## Nota 21 – Arrendamento rural

### Valores envolvidos

Referem-se aos contratos de arrendamento rural firmado entre Duratex Florestal Ltda. (controlada da Companhia) e Ligna Florestal Ltda. (controlada da Companhia Ligna de Investimentos), relativos aos terrenos nos Estados de Minas Gerais e no Rio Grande do Sul onde estão localizadas as florestas. Os encargos mensais desses contratos são de R\$ 1.969. A Duratex Florestal Ltda. pagará até 2038 R\$ 23.628 por ano.

Adicionalmente, em atendimento aos requerimentos do CPC 06 – R1 – “Operações de arrendamento mercantil”, a controlada Duratex Florestal Ltda. registra os efeitos decorrentes da linearização dos custos de seus contratos de arrendamento rural.

## Nota 22 – Patrimônio líquido

### a) Capital Social

O capital social autorizado da Duratex S.A. é de 920.000.000 (novecentos e vinte milhões) de ações. O capital social da Companhia, subscrito e integralizado é de R\$ 1.970.189, representado por 691.784.501, ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

### b) Aumento de capital da Companhia

Aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2016 o aumento de capital no montante de R\$ 94.389, mediante emissão de 26.219.063 novas ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

Em decorrência do aumento, o capital social da Companhia passou de R\$ 1.875.800, para R\$ 1.970.189, dividido em 691.784.501, ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

### c) Ações em Tesouraria

	nº de ações	em MR\$
Saldo em 31.12.2015	2.485.759	27.931
Aquisições no exercício		
<b>Saldo em 31.12.2016</b>	<b>2.485.759</b>	<b>27.931</b>

Preço das Ações			
Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última cotação
2,86	15,67	11,24	6,80

Baseado na última cotação de mercado em 29 de dezembro de 2016, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 16.903 (R\$ 14.666 em 30 de dezembro de 2015).

### d) Reservas do Patrimônio Líquido

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
<b>Reservas de Capital</b>	<b>342.212</b>	<b>337.140</b>
Ágio na subscrição de ações	218.731	218.720
Incentivos fiscais	13.705	13.705
Anteriores à Lei 6.404	18.426	18.426
Opções Outorgadas	97.636	92.833
Opções Outorgadas a apropriar (Nota 30)	(6.286)	(6.544)
<b>Transações de capital com sócios</b>	<b>(18.731)</b>	<b>-</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>459.064</b>	<b>525.464</b>
Reservas de Reavaliação	60.903	66.005
Ajuste de avaliação patrimonial	398.161	459.459
<b>Reservas de Lucros</b>	<b>1.852.527</b>	<b>1.829.831</b>
Legal	174.886	173.704
Estatutária	1.626.679	1.612.559
Incentivos fiscais art 195-A Lei 6.404/76	50.962	43.568
<b>Ações em tesouraria</b>	<b>(27.931)</b>	<b>(27.931)</b>

O valor apresentado na Reserva de Capital na rubrica de Ágio na Subscrição de Ações refere-se ao valor adicional pago pelos acionistas em relação ao valor nominal no momento da subscrição das ações.

Os valores relativos às Opções Outorgadas, nas Reservas de Capital, referem-se ao reconhecimento do prêmio das opções na data da outorga.

Conforme dispõe o Estatuto Social, o saldo destinado à Reserva Estatutária será utilizado para: (i) Reserva para Equalização de Dividendos; (ii) Reserva para Reforço de Capital de Giro; e (iii) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas:

Reserva para Equalização de Dividendos: Será limitada a 40% (quarenta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital

próprio (Artigo 29.2), ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:

(a) equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A.;

(b) equivalentes a até 100% (cem por cento) da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados;

(c) equivalentes a até 100% (cem por cento) do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; e

(d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos (Artigo 29.1 do Estatuto Social).

Reserva para Reforço do Capital de Giro: Será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 20% (vinte por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A..

Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas: Será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A..

Reservas de incentivos fiscais: A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do artigo 202 desta Lei). (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007).

Os incentivos fiscais referem-se a: R\$ 34.686 (R\$ 29.247 em 2015) do PRODEPE – Programa de Desenvolvimento de Pernambuco, R\$ 10.369 (R\$ 8.414 em 2015) do FAIN – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba, R\$ 5.907 (R\$ 5.907 em 2015) da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

#### e) Destinação do lucro líquido

O Conselho de Administração em reunião de 08 de fevereiro de 2017 aprovou as demonstrações financeiras e consequentemente a destinação do lucro líquido do exercício de 2016, que será submetida à aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

<b>Destinação do lucro líquido</b>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	23.646	183.497
(-) Reserva legal	(1.182)	(9.175)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(7.394)	(8.485)
(+) Realização da reserva de reavaliação	5.102	4.202
(-) Dividendos propostos/JCP	(6.052)	(170.039)
<b>(-) Reservas estatutárias</b>	<b>14.120</b>	<b>-</b>
Equalização dos dividendos	(8.505)	
Reforço de capital de giro	(4.492)	
Aumento de capital em empresas participadas	(1.123)	

## f) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 30% do lucro líquido ajustado. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos, os valores pagos/creditados e o saldo a pagar:

Os dividendos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram calculados como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>23.646</b>	<b>183.497</b>
(-) Reserva legal	(1.182)	(9.175)
(-) Incentivos fiscais	(7.394)	(8.485)
(+) Realização de reserva de reavaliação	5.102	4.202
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>20.172</b>	<b>170.039</b>
<b>Dividendo mínimo obrigatório (30%)</b>	<b>6.052</b>	<b>51.012</b>
Juros sobre o capital próprio pagos em 14/08/2015	-	34.168
Juros sobre o capital próprio declarados em 30/12/2015	-	135.871
<b>Dividendos/JCP do resultado do exercício</b>	<b>6.052</b>	<b>170.039</b>
Dividendos /JCP declarados de reserva estatutária	-	41.029
<b>Dividendos/JCP declarados</b>	<b>6.052</b>	<b>211.068</b>
IRRF sobre juros sobre o capital próprio ( 15%)	-	(31.660)
<b>Dividendos/JCP declarados, líquidos de Imposto de renda na fonte (IRRF)</b>	<b>6.052</b>	<b>179.408</b>

## Nota 23 – Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos dos bens do ativo imobilizado e estoques. Nos termos das apólices de seguros, o valor da cobertura monta R\$ 3.489 milhões. O Grupo não possui seguro para suas florestas. Para minimizar o risco sobre estes ativos, são mantidas brigadas internas e pessoal treinado no combate a incêndios, sistema de torres de observação, caminhões bombeiros e vigias motorizados. O Grupo não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas.

## Nota 24 – Receita líquida de vendas

A reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta de venda	4.060.098	4.452.390	4.892.035	5.005.509
Mercado interno	3.707.022	4.166.013	4.079.262	4.340.950
Mercado externo	353.076	286.377	812.773	664.559
Impostos e contribuições sobre vendas	(868.101)	(954.457)	(982.275)	(1.042.295)
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>3.191.997</b>	<b>3.497.933</b>	<b>3.909.760</b>	<b>3.963.214</b>

## Nota 25 – Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Varição do valor justo dos ativos biológicos	-	-	157.973	124.566
Varição nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	507.291	587.094	357.735	484.079
Matérias-primas e materiais de consumo	(2.137.175)	(2.255.006)	(2.082.382)	(2.138.699)
Remunerações, encargos e Benefícios a empregados	(646.248)	(678.444)	(800.086)	(789.569)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(263.144)	(282.873)	(550.562)	(551.119)
Despesas de transporte	(274.396)	(257.893)	(321.003)	(298.018)
Despesas de publicidade	(75.892)	(94.658)	(106.937)	(108.420)
Outras despesas	(283.171)	(336.782)	(288.347)	(321.074)
<b>Total despesas por natureza</b>	<b>(3.172.735)</b>	<b>(3.318.562)</b>	<b>(3.633.609)</b>	<b>(3.598.254)</b>

As despesas por natureza acima descritas representam as seguintes rubricas da demonstração de resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Varição do valor justo dos ativos biológicos	-	-	157.973	124.566
Custo dos produtos vendidos	(2.581.536)	(2.686.963)	(3.058.601)	(2.987.979)
Despesas com vendas	(482.866)	(509.088)	(591.429)	(580.209)
Despesas gerais e administrativas	(108.333)	(122.511)	(141.552)	(154.632)
<b>Total</b>	<b>(3.172.735)</b>	<b>(3.318.562)</b>	<b>(3.633.609)</b>	<b>(3.598.254)</b>

## Nota 26 – Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento sobre aplicações financeiras	70.034	66.572	133.721	118.683
Varição cambial ativa	(17.099)	36.406	(11.846)	46.472
Atualizações monetárias	12.283	8.365	13.689	10.447
Juros e descontos obtidos	8.439	9.128	11.937	31.641
Outras	104	-	463	-
<b>Total</b>	<b>73.761</b>	<b>120.471</b>	<b>147.964</b>	<b>207.243</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos sobre financiamentos -Moeda nacional	(167.093)	(159.975)	(275.017)	(212.191)
Encargos sobre financiamentos -Moeda estrangeira	194.673	(437.959)	191.958	(441.093)
Varição cambial passiva	12.531	(10.716)	(6.765)	(47.923)
Atualizações monetárias	(6.907)	(6.608)	(10.784)	(8.734)
Operações com derivativos	(323.968)	312.150	(311.465)	320.176
Taxas bancárias	(4.727)	(3.645)	(7.199)	(5.297)
Imposto de operações financeiras	(599)	(237)	(1.112)	(612)
Outras	(4.420)	(4.057)	(26.852)	(30.692)
<b>Total</b>	<b>(300.510)</b>	<b>(311.047)</b>	<b>(447.236)</b>	<b>(426.366)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(226.749)</b>	<b>(190.576)</b>	<b>(299.272)</b>	<b>(219.123)</b>

## Nota 27 – Outros resultados operacionais, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Amortização de carteira de clientes	(26.465)	(26.466)	(27.421)	(27.627)
Amortização de mais valia de ativos - Aquisição Duchacorona	(3.791)	(5.142)	(3.791)	(5.142)
Participações e <i>Stock Option</i>	(5.061)	(15.314)	(5.061)	(15.314)
Créditos com plano de previdência complementar	2.210	(10.966)	2.218	(10.966)
Créditos Prodep - Reintegra	5.115	8.376	5.125	8.376
Resultado líquido com venda de fazendas da Duratex Florestal	-	-	61.753	-
Resultado na baixa de ativos, e outros operacionais	25.516	13.786	22.472	25.349
<b>Total resultados operacionais</b>	<b>(2.476)</b>	<b>(35.726)</b>	<b>55.295</b>	<b>(25.324)</b>

## Nota 28 – Vendas de fazendas

Durante o ano de 2016, a controlada Duratex Florestal Ltda., alienou 4 fazendas (somente terras), Fazendas Rondinha, Santa Terezinha, Charquinho e parte da Monte Alegre, totalizando o valor de R\$ 61.753 líquido do custo da baixa, dos quais R\$ 34.475 foram recebidos até 31 de dezembro de 2016.

Essas fazendas eram distantes das unidades industriais e possuíam alto valor para outras atividades econômicas, sendo parte de um plano médio/longo prazo da Companhia e de suas controladas de desmobilização de ativos não essenciais.

A seguir os valores envolvidos na negociação:

Valor das vendas das fazendas	69.184
( - ) Custos das baixas	(7.431)
Resultados das vendas	61.753

## Nota 29 – Imposto de renda e contribuição social

### a) Reconciliação da Despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Demonstração da reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal e efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(37.379)</b>	<b>69.161</b>	<b>17.843</b>	<b>106.282</b>
I.Renda e C. Social sobre o lucro às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	12.709	(23.515)	(6.067)	(36.136)
<b>Imposto de Renda e Cont. Social sobre adições e exclusões ao Resultado</b>	<b>48.316</b>	<b>137.851</b>	<b>14.453</b>	<b>121.598</b>
Resultado de Investimentos no Exterior	-	-	7.302	(1.589)
Juros sobre o capital próprio	-	86.446	-	86.446
Resultado da Equivalência Patrimonial	63.263	44.276	-	-
Diferença de tributação de empresa controlada	-	-	19.835	35.993
Outras adições e exclusões	(14.947)	7.129	(12.684)	748
<b>Imposto de Renda e Cont. Social sobre o lucro do exercício</b>	<b>61.025</b>	<b>114.336</b>	<b>8.386</b>	<b>85.462</b>
No Resultado:				
Imposto de renda e contribuição social correntes	(25.756)	-	(74.470)	(36.274)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	86.781	114.336	82.856	121.736
Taxa efetiva %	-163%	(*)165%	47%	(*)80%

(\*) Taxa efetiva impactada pelo efeito do imposto de renda e contribuição social sobre JCP.

## Nota 30 – Plano de opções de ações

Conforme previsão estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano serão propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse Comitê submeterá à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que hajam sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício a ser pago à Duratex será fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções, o Comitê de Pessoas considerará a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse Comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos serão reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.034	2.678.887	2.517.937	1.333.914	1.875.322	1.290.994	1.561.061	1.966.869	1.002.550
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44	5,74
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48	4,00
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,1 anos	8,9 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,10 anos	3,9 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%	39,82%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%	6,95%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

A Companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

No ano de 2015 não houve outorga de opção de ações da Companhia.

(1) cupom IGP-M

Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:



Data Outorga	Qtd Outorgada	Data da carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência			Demais Períodos
					31/12/2015	31/12/2016			2007 a 2014	2015	2016	
08/02/2006	2.659.180	30/06/2007	31/12/2016	11,16	59.113	-	9,79	586	586	-	-	-
31/01/2007	2.787.034	30/06/2008	31/12/2017	11,82	1.469.581	1.294.078	8,88	24.758	24.758	-	-	-
13/02/2008	2.678.887	30/06/2009	31/12/2018	15,34	1.543.474	1.340.260	7,26	19.456	19.456	-	-	-
30/06/2009	2.517.937	30/06/2012	31/12/2017	9,86	867.236	839.525	3,98	9.194	9.194	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	31/12/2018	16,33	1.471.579	808.763	7,04	8.716	8.716	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	31/12/2019	13,02	2.014.061	1.523.797	5,11	9.208	9.208	-	-	-
09/04/2012	1.290.994	31/12/2015	31/12/2020	10,21	1.010.991	780.997	5,69	6.390	5.203	1.187	-	-
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	31/12/2021	14,45	1.648.699	1.222.907	6,54	8.443	4.399	2.290	1.754	-
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	31/12/2022	11,44	2.154.616	2.144.813	4,48	8.687	2.062	2.240	2.232	2.153
09/03/2016	1.002.550	31/12/2019	31/12/2024	5,74	-	1.002.550	4,00	5.603	-	-	1.251	4.352
Soma	19.673.748				12.239.350	10.957.690		101.041	83.582	5.717	5.237	6.505
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								97.636	80.765	(1) 5.524	(2) 5.061	(3) 6.286 (4)

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2014.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2015

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2016

(4) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía 2.485.759 ações, em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

### Nota 31 – Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial, entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra um Plano de Contribuição Definida (Plano CD) e um Plano de Benefício Definido (Plano BD).

#### Plano de contribuição definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os funcionários elegíveis ao plano e contava em 31 de dezembro de 2016, com 6.186 participantes (6.545 em 31 de dezembro 2015).

No Plano CD-PAI (Plano de Aposentadoria Individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes. O regulamento vigente prevê a contribuição das patrocinadoras com percentual entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários.

#### Fundo programa previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o Fundo Programa Previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O valor presente das contribuições normais futuras, calculado pela Towers Watson, utilizando-se o percentual médio de contribuição normal dos patrocinadores, totalizou, em 31 de dezembro de 2016, R\$ 100.482 (R\$ 102.700 em 31 de dezembro de 2015). A redução de R\$ 2.218 foi reconhecida no resultado na rubrica “Outros resultados operacionais líquidos”. A seguir apresentamos a conciliação dos valores reconhecidos na demonstração financeira:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	31/12/2016	31/12/2015
Valor presente das obrigações atuariais	(868.052)	(721.647)
Valor justo dos ativos	1.227.194	1.010.152
Ativo calculado com base no item 54 do CPC 33/IAS 19	359.142	288.505
Restrição do Ativo devido ao Limite (item 58 do CPC 33/IAS 19)	(258.660)	(185.805)
Ativo a ser reconhecido nas demonstrações financeiras	100.482	102.700

### Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica à concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado como aquele ao qual está vedado o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria e pecúlio por morte.

Em 28 de janeiro de 2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, aprovou a revisão do Plano de Benefício Definido – BD o equacionamento do superávit e restabelecimento do equilíbrio técnico do plano. A Duratex S.A. reconheceu este ativo no montante de R\$ 42.318 para recebimento em 36 parcelas a partir de fevereiro de 2013. Em 31 de dezembro de 2015 o valor a receber é R\$ 3.358, conforme nota 8.

Em 04 de julho de 2016 a PREVIC, aprovou a destinação de reserva especial do Plano de Benefício Definido – BD, com reversão de valores às patrocinadoras no montante de R\$ 7.752, (R\$ 5.116 líquido dos efeitos tributários). Esse montante será reconhecido em 36 parcelas de acordo com a Resolução CGPC nº 26, em 31 de dezembro de 2016 o valor a receber é R\$ 6.751, conforme nota 8.

Abaixo apresentamos a posição em 31 de dezembro de 2016:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	31/12/2016	31/12/2015
Valor presente das obrigações atuariais	(69.945)	(60.993)
Valor justo dos ativos	79.569	104.343
(Passivo) / Ativo calculado com base no item 54 do CPC 33/IAS 19	9.624	43.350
Restrição do Ativo devido ao limite (item 58 do CPC 33/IAS 19)	(2.648)	(36.840)
Ativo líquido de benefício definido (Passivo)	6.976	6.510

## Premissas atuariais

Hipóteses Econômicas	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de desconto	11,14%	12,60%
Taxa de inflação	4,85%	5,00%
Taxa de crescimento salarial	7,23%	7,38%
Crescimento dos benefícios	4,85%	5,00%
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%
Hipóteses Econômicas	31/12/2016	31/12/2015
Tábua de mortalidade	AT - 2000	AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944 modificada	RRB 1944 modificada
Tábua de rotatividade	Nula	Nula
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios	Primeira idade com direito a um dos benefícios
% de participação ativos casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos
Método atuarial	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado

## Nota 32 – Plano assistência médica “Pós-emprego”

A Companhia oferece tanto planos que foram contributários, atualmente com co-participação, como planos ainda contributários (unidade Tubarão–SC) aos seus colaboradores e respectivos dependentes, por meio de 13 operadoras de saúde, totalizando 25.371 vidas (ativos, demitidos, aposentados e dependentes), caracterizando a obrigação de extensão de cobertura para demitidos e aposentados conforme a Lei 9.656/98.

Neste contexto, a Companhia contratou a Bematize Consultoria e Gestão de Benefícios para realização da avaliação atuarial dos passivos posicionados em 31 de dezembro de 2016 e elaboração do relatório de contabilização CPC 33 (R1)– CVM 695.

As hipóteses e o método atuarial utilizado nesta avaliação estão em conformidade com os princípios e práticas atuariais geralmente aceitos, com a legislação local e com o CPC 33 (R1).

A avaliação atuarial utilizou o método do crédito unitário projetado para determinar o passivo e o custo normal. A taxa de desconto utilizada é baseada em títulos disponíveis no mercado brasileiro. Considerando a duração do passivo do plano avaliado, a taxa de desconto apurada foi de 6,00% a.a., líquida de inflação. Quando adicionado da taxa de inflação esperada de longo prazo, de 4,85% a.a., temos uma taxa de desconto nominal de 11,14% a.a..

## Hipóteses Financeiras em 31 de dezembro de 2016

Taxa de desconto	11,14% a.a. (6,00% real a.a.)
Taxa de Retorno dos investimentos	11,14% a.a. (6,00% real a.a.)
Crescimento salarial	6,33% a.a. (1,41% real a.a.)
Inflação médica	8,67% a.a. (3,00% real a.a.)
Fator de envelhecimento	3,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,85% a.a.

## Hipóteses Biométricas em 31 de dezembro de 2016

Tábua de mortalidade geral	AT 2000 suavizada em 10% segregada por sexo
Tábua de entrada invalidez	RRB-1944 desagregada em 70% segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB - 1983
Rotatividade	Baseado no salário e tempo de serviço: De 0 – 10 S.M.: 0,60 / (TS+1); De 10 – 20 S.M.: 0,45 / (TS+1); Acima de 20 S.M.: 0,30 / (TS+1); S.M.= Salário mínimo (R\$ 788,00)
Probabilidade de aposentadoria	100% aos 60 anos
Taxa de adesão na aposentadoria	62%
Composição familiar futuros aposentados	95% de casados, esposa 4 anos mais jovem
Composição familiar aposentados e pensionistas	Grupo familiar informado

## Reconciliação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço

Despesa (receita) reconhecida no resultado do exercício	548
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	7.901
<b>Passivo (ativo) líquido em 31/12/2016</b>	<b>8.449</b>

## Valores reconhecidos no resultado do exercício

Custo do serviço corrente	43
Juros sobre as obrigações	505
<b>Total de despesa reconhecida no resultado</b>	<b>548</b>

## Análise de sensibilidade das hipóteses

Nível de Sensibilidade	Taxa de desconto		Inflação médica		Adesão aposentadoria	
	+ 0,5%	- 0,5%	+ 1,0%	- 1,0%	+ 10%	- 10, %
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros s/obrigações atuariais	(272.484)	333.373	899.611	(539.642)	54.790	(54.822)
Efeito no valor presente das obrigações	(2.248.827)	2.756.641	6.288.934	(4.216.260)	325.548	(325.547)

## Nota 33 – Lucro por ação

### (a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia como ações em tesouraria.

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	23.646	183.497
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	685.230	665.565
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(2.486)	(2.486)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares)	682.744	663.079
<b>Lucro básico por ação</b>	<b>0,0346</b>	<b>0,2767</b>

## (b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia após o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas, ajustadas pelo programa de *Stock Options* e debêntures conversíveis em ações.

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	23.646	183.497
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	685.230	665.565
Opções de compra de ações/debêntures conversíveis em ações(*)	10.958	21.619
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(2.486)	(2.486)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação e opções de compra de ações mais debêntures (em milhares)	693.702	684.698
<b>Lucro diluído por ação</b>	<b>0,0341</b>	<b>0,2680</b>

(\*) Não há debêntures no cálculo de 31 de dezembro de 2016, pela sua liquidação comentada na nota explicativa nº18.

## Nota 34 – Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria.

A Diretoria efetua sua análise do negócio baseado em dois segmentos relevantes: Divisão Madeira e Divisão Deca. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. Não ocorrem vendas entre os segmentos.

	31/12/2016			31/12/2015		
	Madeira	Deca	Consol	Madeira	Deca	Consol
<b>Receita Líquida de vendas</b>	<b>2.594.548</b>	<b>1.315.212</b>	<b>3.909.760</b>	<b>2.597.814</b>	<b>1.365.400</b>	<b>3.963.214</b>
Mercado interno	1.902.396	1.257.078	3.159.474	2.043.424	1.317.310	3.360.734
Mercado externo	692.152	58.134	750.286	554.390	48.090	602.480
Variação do valor justo dos ativos biológicos	157.973	-	157.973	124.566	-	124.566
Custo dos produtos vendidos	(1.656.166)	(857.588)	(2.513.754)	(1.589.585)	(852.866)	(2.442.451)
Depreciação, amortização e exaustão	(308.310)	(94.240)	(402.550)	(314.938)	(84.268)	(399.206)
Exaustão do ajuste do ativo biológico	(142.297)	-	(142.297)	(146.322)	-	(146.322)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>645.748</b>	<b>363.384</b>	<b>1.009.132</b>	<b>671.535</b>	<b>428.266</b>	<b>1.099.801</b>
Despesas com Vendas	(360.558)	(230.871)	(591.429)	(349.730)	(230.479)	(580.209)
Despesas Gerais e Administrativas	(77.571)	(63.981)	(141.552)	(85.783)	(68.849)	(154.632)
Honorários da administração	(8.503)	(5.828)	(14.331)	(8.897)	(5.334)	(14.231)
Outros Resultados Operacionais	48.639	6.656	55.295	(25.112)	(212)	(25.324)
<b>Lucro Operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>247.755</b>	<b>69.360</b>	<b>317.115</b>	<b>202.013</b>	<b>123.392</b>	<b>325.405</b>

Estes segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios utilizados para tomada de decisão pela Diretoria da Companhia. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota 2.

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.

### **Nota 35 – Evento subsequente**

#### **Recebimento de dividendos de controlada**

Em 31 de janeiro de 2017, a Companhia recebeu R\$ 250.000 de dividendos da sua controlada Duratex Florestal Ltda., os quais foram deliberados nesta data.